

SUMÁRIO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO MESTRADO	2
Economia	3
Teoria Política	7
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO DOUTORADO	13
Métodos quantitativos aplicados à administração pública	14
DISCIPLINAS ELETIVAS (MESTRADO E DOUTORADO).....	18
Tecnologia e Governos	19
Focal Topics in Information Systems	30
Public Sector Performance: Managing for Results.....	33
Tópicos Especiais em Regulação	41
Economia Urbana	47
Controles e democracia: as instituições de controle sobre a administração pública brasileira	49
Federalismo e Políticas Públicas	54
SEMINÁRIOS.....	60

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO MESTRADO

Economia

DEPARTAMENTO(S): PAE
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CMCDAPG)
PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEIS: CIRO BIDERMAN
SEMESTRE: 2º/2023
CRÉDITOS: 2

PROGRAMA DA DISCIPLINA

NOME DA DISCIPLINA

Economia

EMENTA

O curso procura passar pelos principais fundamentos de microeconomia desde os seus blocos básicos (teoria do consumidor e teoria da firma) até questões mais complexas que envolvem o equilíbrio geral e o bem estar social. O curso se concentra em questões cruciais para estudantes de administração pública e governo deixando de lado, portanto, outras questões que têm menos relevância para essa área em específico. Assim, o curso entra em externalidades em geral e bens públicos em particular. A opção por incluir bem estar social também faz parte desse enfoque em políticas públicas dada a relevância dessa análise para a área.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

O curso pretende introduzir o aluno nos conceitos de microeconomia. A ideia é que os alunos sejam capazes de aplicar as ferramentas da microeconomia para entender as principais questões de políticas públicas e não apenas ouvir passivamente essa abordagem em geral dada de forma “mastigada”. O curso pretende ser uma ferramenta analítica sem ser excessivamente matemático. Em outras palavras, o curso usa um raciocínio lógico rigoroso sem exigir métodos matemáticos avançados. O curso procura ilustrar os conceitos com exemplos para que essa ponte entre teoria e prática seja estabelecida em sala de aula. Para tal, não se resolve exercícios em sala de aula deixando essa parte fundamental do aprendizado para as aulas de monitoria.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

Ao final do curso o aluno deve ser capaz de utilizar os principais conceitos de microeconomia na sua atividade acadêmica. Isso implica dizer que o aluno sabe tanto entender os conceitos dentro da sua linha de pesquisa bem como entender artigos que se utilizem da lógica microeconômica.

Objetivos do CMCDAPG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	Ao entender os princípios de estática comparativa ajuda o aluno a levantar hipóteses a	● ● ○

	serem exploradas de maneira qualitativa; por exemplo, um estudo de caso comparativo é em termos analíticos uma estática comparativa.	
Métodos quantitativos de pesquisa	A disciplina enfatiza fundamentos de métodos quantitativos tanto do ponto de vista matemático ao reforçar a capacidade analítica dos alunos como também do ponto de vista empírico ao mostrar como se pode formular uma hipótese	● ● ●
Conhecimento do tema de pesquisa	Em administração pública e governo a grande maioria dos temas apresenta um componente econômico por trás do seu conceito. Em particular os conceitos de bem-estar social e de equidade perpassam a maioria das questões nessa área. Assim essa disciplina apresenta um avanço relevante ao conhecimento teórico para a grande maioria dos temas de pesquisa.	● ● ●
Desenho e desenvolvimento de pesquisa	Um procedimento de pesquisa básico consiste em formular a sua hipótese de pesquisa associada à questão principal que se busca resolver. Essa disciplina permite que se formule a questão e a hipótese a partir de fundamentos teóricos estruturados.	● ● ○
Relevância em pesquisa	Como a matéria se concentra em fundamentos da economia com um viés para administração pública e governo ela é absolutamente relevante para a formação dos alunos. Não há curso no exterior nessa área que não forneça uma base mínima de conhecimento em economia. Por se tratar os fundamentos e limitada a contribuição para a inovação porém são apresentados de maneira informal os avanços da economia em praticamente	● ● ●

	todas as áreas das demais ciências sociais.	
Elaboração de artigos	Para a elaboração de artigos é necessário dialogar com os principais pesquisadores da área. Com o avanço de metodologia da economia sobre as diversas áreas das humanidades há diversos artigos que usam o ferramental econômico. Assim, para não perder uma série de artigos relevantes e, com isso, conseguir elaborar artigos de ponta é necessário um conhecimento básico ao menos dos principais conceitos econômicos.	• • •
Outros objetivos da disciplina: ---		

METODOLOGIA

Aulas expositivas e exercícios fora de aula corrigidos pelo monitor.

TÓPICOS PRINCIPAIS

- a) O mercado: como pensam os economistas
- b) Restrição Orçamentária das Famílias
- c) Preferências e Felicidade
- d) Simplificando as Preferências: a função de utilidade
- e) Escolha de consumo
- f) Micro-fundamentos da Demanda
- g) Efeito renda e efeito substituição
- h) Excedente do consumidor
- i) Demanda de mercado
- j) Tecnologia de produção
- k) Maximização de Lucro
- l) Minimização de custos
- m) Curvas de custo
- n) Oferta da firma
- o) Oferta setorial
- p) Monopólio
- q) Oligopólio
- r) Teoria dos Jogos
- s) Externalidades
- t) Bens Públicos

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Lista de Exercícios	20%
Prova Intermediária	40%
Exame Final	40%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Básica:

Hal R. Variant (2010) *Microeconomia Intermediária: Uma Abordagem Moderna*. Elsevier

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

R. Pyndick e Rubinfelds (2012) *Microeconomia*. Elsevier

Teoria Política

DEPARTAMENTO(S): Gestão Pública
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CMCDAPG)
PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEIS: Eduardo José Grin
SEMESTRE: 2023/2
CRÉDITOS: 02

PROGRAMA DA DISCIPLINA

NOME DA DISCIPLINA

Teoria Política

EMENTA

O curso será desenvolvido com base em abordagens e enfoques teóricos que geram um diálogo entre os campos da ciência política e da administração pública. A evolução dessas duas áreas do conhecimento caminho durante muito tempo de forma separada, embora textos clássicos já problematizassem sobre os vínculos existentes entre ambas, seja teoricamente ou mesmo pelas implicações para o funcionamento do Estado e suas instituições. De um lado, as burocracias públicas são tomadas como portadores de competência técnica necessária para o bom funcionamento e provisão de políticas públicas; enquanto de outro lado a política define objetivos a serem implementados conforme as regras que conduzem a formação dos governos representativos. Enquanto essa visão clássica segue informando o debate, também a literatura tem avançado para novas formas de analisar essa interface de modo a aprofundar a análise da relação entre a política e a burocracia, em especial considerando a complexidade que a provisão de serviços públicos vem enfrentando novos desafios em um contexto de crise da democracia. O curso aprofunda o debate sobre temas caros a ambas as formas de analisar o Estado, como é o caso da politização da administração pública, das formas de patronagem na organização estatal, da atuação das burocracias como ator politicamente orientado, da relação entre administração pública e democracia, estilos nacionais de política e os desafios contemporâneos de *democratic backsliding* com a ascensão de governos populistas autoritários.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

1. Contextualizar o debate atual sobre a relação entre ciência política e administração pública

2. Analisar o debate clássico sobre política e administração pública.
3. Discutir o fenômeno da politização da administração pública
4. Abordar a forma como as políticas de patronagem se organizam na administração pública
5. Inserir o debate sobre a política da burocracia
6. Analisar a relação entre democracia e administração pública
7. Compreender o debate sobre estilos de políticas públicas e administração pública
8. Problematizar questões contemporâneas como a reversão democrática e seus efeitos na gestão pública.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

Apresentar distintas abordagens teóricas que visam ampliar o debate sobre a relação entre a política e a gestão e as burocracias públicas.

Objetivos do CMCDAPG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	As abordagens teóricas mostram várias estratégias metodológicas úteis para pesquisas qualitativas, de modo que esse é um objetivo importante de discussão sobre os trabalhos a serem lidos	● ○ ○
Métodos quantitativos de pesquisa	Os enfoques abordados no curso são menos voltados para metodologias quantitativas, de forma que este é um objetivo secundário de aprendizagem.	● ○ ○
Conhecimento do tema de pesquisa / teoria	O curso visa apresentar aos alunos textos clássicos e enfoques teóricos centrais no debate sobre o tema do Estado, interesses organizados e políticas públicas	● ● ●
Procedimentos de pesquisa	O curso visa mostrar as estratégias e desenhos de pesquisa adotados pelos autores	● ● ●
Relevância e inovação em pesquisa	Apresentar enfoque e pesquisas atuais sobre o tema do curso.	● ● ●
Elaboração de artigos	O curso pede aos alunos que elaborem um artigo final como parte de seu processo de avaliação e um objetivo de aprendizagem é discutir com os alunos como se pode produzir um trabalho acadêmico.	● ● ○
<u>Outros objetivos da disciplina:</u> ---		

METODOLOGIA

- Exposição com base nos textos de leitura obrigatória
- Apresentação e seminários organizados pelos alunos com apresentação de textos

- Debate aberto com todos os presentes, sem uma divisão clara dos tempos para cada uma dessas atividades.

TÓPICOS PRINCIPAIS

Aula	Conteúdo	Leituras
1	Apresentação do curso A ponte entre ciência política e administração pública	Apresentação do curso, organização e atividades de avaliação. Parte expositiva: Peters, Pierre, Torfig e Sorensen (2022) e Zacka (2022) Leitura complementar: Kettl (2022), Bauer (2018) e Nabatchi (2022)
2	Política e administração pública: o debate clássico	Parte expositiva: Weber (1974), Wilson (1887), e Goodnow (1900) Leitura complementar: Waldo (1952) e Abrucio e Loureiro (2018)
3	Politização da administração pública	Parte expositiva: Rouban (2010) Seminário: Geddes (1994) Leitura complementar: Halligan (2021)
4	Política da patronagem	Parte expositiva: Panizza, Peters e Larraburu (2022) (capítulo 1 e conclusão) Seminário: Grindle (2012) (introdução e conclusão) Leitura complementar: Toral (2023).
5	A política da burocracia	Parte expositiva: Krylova (2019) e Huber e Shipan (2002) (capítulo 2). Seminário: Peters (1995) (capítulos 5 e 6) Leitura complementar: Verhey (2013)
6	Estilos nacionais de política pública	Parte expositiva: Aberbach, Putnam e Rockman (1981) (introdução e capítulo 4) Seminário: Howlett e Tosun (2018) (capítulos 1 e conclusão) e Grin e Abrucio (2018) (capítulo 6) Leitura complementar: Allison e Halperin (1972)
7	Administração pública e democracia	Parte expositiva: Peters (2010) e Przeworski (2004) Seminário: Bertelli (2021) (capítulos 1 e 4) Leitura complementar: Emerson, Nabatchi e Sthepen (2012)
8	<i>Democratic backsliding and public administration</i>	Parte expositiva: Rockman (2019) Seminário: Bauer e Becker (2020) e Stoker (2021) Leitura complementar: Peters and Pierre (2019) e Bauer, Peters, Pierre, Yesilkagit e Becker (2021).

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Haverá três instrumentos de avaliação com os seguintes pesos:

1. Participação individual: 20% da nota final

2. Apresentação de texto para discussão em seminário: 20%
3. Trabalho teórico-empírico, para o qual será necessário utilizar ao menos uma das abordagens discutidas no curso na análise de um caso: 60%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Aberbach, J. D., Putnam, R. D. e Rockman, B. A. (1981). *Bureaucrats and Politicians in Western Democracies*. Cambridge: Harvard University Press.
- Abrucio, F. L. e Loureiro, M. R. (2018). Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: Pires, R., Lotta, G., e Oliveira, V. (eds.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: intersecções analíticas* (pp. 23-58). IPEA.
- Bauer, M. W. e Becker, S. (2020). Democratic Backsliding, Populism, and Public Administration. *Perspectives on Public Management and Governance*, 3 (10): 19–31. doi:10.1093/ppmgov/gvz026.
- Bertelelli, A. M. (2021). *Democracy administered: how public administration shapes representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Geddes, B. (1994). *Politician's Dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
- Goodnow, F. (1900). *A Study in Government*. Nueva York. Russell and Russell.
- Grin, E. J. and Abrucio, F. L. (2018). The co-evolutionary policy style of Brazil: structure and functioning. In: M. Howlett and J. Tosun (eds.). *Policy styles and policy-making: exploring linkages* (pp. 115-136). New York: Routledge.
- Grindle, M. S. (2012). Jobs for the boys. Patronage and the State in comparative perspective. Cambridge: Harvard University Press.
- Howlett, M. and Tosun, J. (2018). *Policy styles and policy-making: exploring linkages*. New York: Routledge.
- Huber, John D. & Charles R. Shipan (2002). *Deliberate discretion: the institutional foundations of bureaucratic autonomy*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- Krylova, Y. (2019). Bureaucratic politics. In: A. Farazmand (ed.), *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*. Springer Nature Switzerland AG (pp. 1-6).
- Moe, Terry M. 1995. The politics of structural choice: Toward a theory of public bureaucracy. New York: Oxford University Press pp. 116–153.
- Mueller, H. (2015). Insulation or Patronage: Political Institutions and Bureaucratic Efficiency. *Journal of Economic Analysis & Policy*, 15(3):961–9. <https://doi.org/10.1515/bejeap-2013-0084>.
- Peters. B. Guy (1995). *The politics of the bureaucracy*. New York: Longman Publishers (cap. 6).
- Peters, B. G., Pierre, J., Sorensen, E. e Torfig, J. (2022). Bringing political science back into public administration research. *Governance*, 35:961–982. DOI: 10.1111/gove.12705.

- Przeworski, A. (2004). Política y administración. In: CLAD (ed.). *Política y gestion publica* (195-215). Caracas. CLAD.
- Rockman, B. A. (2019). Bureaucracy Between Populism and Technocracy. *Administration and Society*, 00 (0): 1-30. ps://doi.org/10.1177/0095399719874758 DOI: 10.1177/0095399719874758.
- Stoker, G. (20210). Public Administration: How to Respond to Populism and Democratic Backsliding. In: M. W. Bauer, B. G. Peters, J. Pierre, K. Yesilkagit, and Becker, S. (Eds.). *Democratic Backsliding and Public Administration. How Populists in Government Transform State Bureaucracies* (pp. 246-266). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ventriss, C., Perry, J. L., Nabatchi, T., Milward, H. B., & Johnston, J. M. (2019). Democracy, public administration and public values in an era of estrangement. *Perspectives on Public Management and Governance*, 2(4), 275–282. <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvz013>.
- Zacka, R. (2022). Political Theory Rediscovered Public Administration. *Annual Review of Political Science*, 25:21–42.
- Weber, M. (1974). Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultura.
- Wilson, W. (1887). Study of Administration. *Political Science Quarterly*, 2 (2): 197-222.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Allison, G. T., & Halperin, M. H. (2015). Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications. *Theory and Policy in International Relations*, 40–79. doi:10.1515/9781400871353-004
- Bauer, M. W.; Peters, B. G.; Pierre, J. Yesilkagit, K and Becker, S (2021). Introduction: Populists, Democratic Backsliding, and Public Administration In: In: M. W. Bauer, B. G. Peters, J. Pierre, K. Yesilkagit, and Becker, S. (Eds.). *Democratic Backsliding and Public Administration. How Populists in Government Transform State Bureaucracies* (pp. 1-21). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bauer, M. (2018). Public administration and political science. In E. Ongaro & S. Van Thiel (Eds.), *The Palgrave Handbook of Public Administration and Management in Europe* (pp. 1049–1065). Palgrave Macmillan.
- Emerson, Ki., Nabatchi, T., and Stephen, B. (2012). An integrative framework for collaborative governance. *Journal of public administration research and theory* 22 (1):1-29. <https://doi.org/10.1093/jopart/mur011>
- Halligan, J. (2021). Politicization of public services in comparative perspective. *The Oxford Encyclopedia of Public Administration*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1372>.
- Kettl, D. (2022). Public administration and political science: Can this marriage be saved? *Governance*, 35: 983-990. DOI: 10.1111/gove.12724
- Moe, Terry M. 1995. The politics of structural choice: Toward a theory of public bureaucracy. New York: Oxford University Press pp. 116–153.

Mueller, H. (2015). Insulation or Patronage: Political Institutions and Bureaucratic Efficiency. *Journal of Economic Analysis & Policy*, 15(3):961–9. <https://doi.org/10.1515/bejeap-2013-0084>.

Nabatchi, T. (2022). Between a rock and a hard place: (Re) Integrating public administration and political science. *Governance*, 35: 991-998. DOI: 10.1111/gove.12732.

Peters, B. G. and Pierre, J. (2019). Populism and Public Administration: Confronting the Administrative State. *Administration & Society*, 00 (0): 1-25. [s://doi.org/10.1177/0095399719874749](https://doi.org/10.1177/0095399719874749) DOI: 10.1177/0095399719874749

Toral, G. (2023). How Patronage Delivers: Political Appointments, Bureaucratic Accountability, and Service Delivery in Brazil. *American Journal of Political Science*, 0(0): 1-19. DOI: 10.1111/ajps.12758

Verhey, L. (2013). Civil Servants and Politicians: Problems and Future Prospects. In: Neuhold, C., Vanhoonacker, S, and Verhey, L. (eds.). *Civil Servants and Politics: A Delicate Balance* (pp. 25-44). London: Pallgrave McMillan.

Waldo, D. (1952). Development of theory of democratic administration. *American Political Science Review*, 46(1), 81–103. <https://doi.org/10.2307/1950764>.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO DOUTORADO

Métodos quantitativos aplicados à administração pública

DISCIPLINA..... MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEMESTRE/ANO.... 2º/2022

CURSO..... Escola de Métodos

CARGA HORÁRIA... 30 horas (terça-feira de 09 às 12:50)

PROFESSOR..... RICARDO GOMES

LÍNGUA..... PORTUGUÊS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

O objetivo desta disciplina é apresentar aos alunos as possibilidades de aplicação dos métodos quantitativos em pesquisas em administração pública. Através de estudos de artigos científicos publicados em periódicos de alto impacto, o aluno será levado a pensar como os métodos quantitativos podem ajudar no entendimento dos fenômenos da administração pública e governo. Como consequência, o aluno terá mais elementos para a decisão sobre qual seria o método mais adequado ao seu problema de pesquisa.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Os objetivos de aprendizagem da disciplina estão apresentados na tabela abaixo, demonstrando como os mesmos contribuem para os objetivos do programa.

Objetivos do programa	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	Não se aplica	○ ○ ○
Métodos quantitativos de pesquisa	A disciplina é totalmente voltada aos métodos quantitativos	● ● ●
Conhecimento do tema de pesquisa / teoria	Não é objetivo da disciplina, mas os alunos precisarão estar cientes de seus problemas de pesquisa e das teorias a serem empregadas de modo a obterem o melhor rendimento.	○ ○ ○
Procedimentos de pesquisa	A disciplina é voltada a procedimentos de análise em pesquisa	● ● ●
Relevância e inovação em pesquisa	Não se aplica	○ ○ ○
Elaboração de artigos	Não é o objetivo principal. No entanto, a realização de análise dos artigos científicos possibilita aos alunos construir competências neste quesito.	● ● ○

Outros objetivos da disciplina:

Espera-se que, ao final do curso, os alunos tenham elementos para optarem por um software de análise estatística. Os softwares abordados serão o R e o STATA, mas os alunos poderão optar por algum outro software e o instrutor oferecerá apoio para que eles adquiram familiaridade com eles.

CONHECIMENTO PRÉVIO

Recomenda-se que o aluno seja capaz, antes de começar este curso, a:

1. Ter conhecimentos básicos em estatística descritiva;
2. Ter conhecimentos básicos em estatística inferencial;
3. Ter conhecimento básico de softwares de análise estatística (Excel, Stata e RStudio).

CONTEÚDO

1. Fundamentos de pesquisa quantitativa para administração pública
2. Classificação de variáveis
3. Criação e interpretação de escalas
4. Desenvolvimento de questionários
5. Métodos de pesquisa em banco de dados usando microdados
6. Análise de Correlação
7. Análise de Regressão linear, múltipla e logística
8. Análise Fatorial
9. Equações estruturais
10. Usos de softwares em análise estatística: R e STATA

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- 75% de presença
 - 6 Dias, no mínimo
- Nota $\geq 6,0$ na avaliação do curso
 - 40% - Trabalho final. O trabalho final constará da seção de métodos de um projeto de pesquisa quantitativa contemplando instrumentos de coleta e análise de dados. Entrega: 28/09
 - 20% - Postagem de artigo com o seu respectivo fichamento (com foco na descrição metodológica) científico no E-Class.
 - 20% - Apresentação de artigos científicos em sala de aula. Todos os alunos deverão apresentar os artigos para os colegas. Dependendo do tamanho da turma, serão apresentados, pelo menos, dois artigos por aula.
 - 20% - Exercícios em sala de aula.

PLANO DE AULA

Com exceção da primeira aula, os alunos serão solicitados a postar, na aba atividades do E-Class no prazo de até um dia antes da aula, um artigo científico no qual o tema do dia tenha sido apresentado.

A dinâmica da aula seguirá a seguinte sequência:

- Na primeira parte da aula, o professor apresentará conceitos básicos sobre o tema, bem como os alunos apresentarão os artigos escolhidos para o tema do dia
- Na segunda parte da aula será dedicada à realização de exercícios.
- Haverá um intervalo de 20 minutos, aproximadamente, entre as partes da aula (por volta de 11h00).

15/08/23	Apresentação do Programa da Disciplina e dos Alunos Fundamentos teóricos de pesquisa quantitativa para administração pública
----------	---

	a. Particularidades epistemológicas da pesquisa em administração pública b. Importância da probabilidade na análise quanti c. Importância dos dados secundários na pesquisa quanti
22/08/23	Classificação de variáveis a. Definição de variáveis b. Tipos de variáveis c. Influência das variáveis na decisão sobre métodos de análise
29/08/23	Criação e interpretação de escalas a. Tipos de escala b. Validando escalas
05/09/23	Coleta de Dados: Desenvolvendo Questionários a. Modelos de questionários b. Técnicas para desenvolvimento de questionários Pesquisa em banco de dados usando microdados a. Análise cross-section b. Series temporais c. Dados em painel
12/09/23	Análise de Correlação a. Análise paramétrica b. Análise não paramétrica c. Rule of thumb da análise de correlação
19/09/23	Regressão linear, múltipla e logística a. Regressão linear b. Regressão múltipla c. Equações estruturais d. Análise de dados em painel
26/09/23	Regressão com variáveis dependentes ordinais e nominais Análise Fatorial
03/10/23	Discussão sobre os usos de softwares em análise estatística: R e STATA a. Usando o STATA b. Usando o R c. Outros softwares (Power BI, Orange, Excel, etc) Entrega trabalho
10/10/23	Prova final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Berman, E., & Wang, X. (2016). **Essential statistics for public managers and policy analysts**. London: UK: Sage.
- Favero, L., & Fávero, P. (2015). Estatística aplicada: Para cursos de Administração, Contabilidade e Economia com Excel e SPSS. São Paulo, Elsevier Brasil.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). Análise multivariada de dados. 6ª edição. Porto Alegre: Bookman editora.
- Kazmier, Leonard J. (2007) Estatística aplicada à administração e economia. São Paulo: Bookman.

- Seward, Lori E., & Doane, David P. (2014). Estatística Aplicada à Administração e Economia. 4ª edição. São Paulo: McGraw Hill editora.
- Silva Filho, A. S., & de Souza, A. C. (2013). Estatística aplicada a administração usando o software R. Revista de Ciências Gerenciais, 17(26), 175-193.

Bibliografia Complementar:

- Bryman, A. (2008). **Social research methods** (3rd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Giventer, L. L. (2008). **Statistical analysis for public administration**: Jones & Bartlett Learning.
- Kohler, U., & Kreuter, F. (2005). **Data analysis using Stata**: Stata press.
- Lee, N., & Lings, I. (2008). **Doing Business Research**: a guide to theory and practice. London: Sage Publications.
- Li, Q. (2018). **Using R for Data Analysis in Social Sciences**: A Research Project-oriented Approach: Oxford University Press.

DISCIPLINAS ELETIVAS (MESTRADO E DOUTORADO)

Tecnologia e Governos

DEPARTAMENTO : Tecnologia e Ciência de Dados (TDS)
CURSO : Curso de Mestrado e Doutorado em Administração Pública e Governo – CMCD APG
DISCIPLINA.... : Tecnologia e Governos
PROFESSORES : MARIA ALEXANDRA CUNHA – alexandra.cunha@fgv.br
PERÍODO : DIURNO
SEMESTRE/ANO: 2º/2023
PROGRAMA

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

O objetivo é discutir aspectos relevantes da gestão pública com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O curso aborda a adoção, o uso e a difusão das tecnologias de informação e comunicação na gestão pública e na prestação de serviços ao cidadão; exclusão digital; transparência dados abertos e governo aberto; smart cities e smart governance, e ainda oficinas de construção de artigos.

A disciplina prevê a discussão de textos sobre os tópicos abordados e a elaboração de um trabalho empírico. Para isso, os estudantes deverão se preparar previamente, através da leitura dos textos propostos.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Os objetivos de aprendizagem da disciplina estão apresentados na tabela abaixo, demonstrando como os mesmos contribuem para os objetivos do CMCD APG.

Objetivos do CMCD APG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos de pesquisa científica aplicados à área de Administração Pública e Governo.	--- Conhecer e aplicar métodos de pesquisa na temática governo digital	• • •
Base teórica de seu tema de estudo no Brasil e no mundo	--- Conhecer corpos de teoria utilizados na pesquisa em governo digital	• • •
Desenvolver pesquisa científica com relevância e rigor	--- Desenvolver trabalho de pesquisa	• • •

	empírica em governo digital	
Elaborar textos científicos publicáveis em periódicos relevantes para a área de Administração Pública e Governo.	--- Elaborar e publicar texto científico em governo digital.	● ● ○

- ● ● Contribuição forte
- ● ○ Contribuição intermediária
- ○ ○ Contribuição reduzida (porém importante)
- ○ ○ Sem indicação de grau de contribuição

CONTEÚDO

1. Governo digital - TI e governo no Brasil e no mundo
2. Transformação digital e transformação digital em governo
3. Exclusão digital
4. Transparência, dados abertos, governo aberto
5. Smart cities, smart governance
6. Oficinas de construção de artigo

METODOLOGIA

A metodologia está baseada em:

- Leitura prévia por parte do aluno da bibliografia como preparação para a discussão em aula.
- Revisão dos conceitos do tema da aula e discussão.
- Apresentação de seminário.
- Elaboração de trabalho individual/em grupo

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- Participação na aula, leituras, discussões e preparação das questões de discussão 20%
- Seminário (em dupla ou individual) 40%
- Artigo (em dupla ou individual) 40%

BIBLIOGRAFIA

Aula 1 – Apresentação e introdução a governo digital

Não há leitura obrigatória para a primeira aula

Bibliografia Complementar

- Comitê Gestor da Internet no Brasil (2020). “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo eletrônico 2019”. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-setor-publico-brasileiro-tic-governo-eletronico-2019/Cetic.br>
- Cunha, M. A.; Miranda, M. M. de. (2013) “A pesquisa no uso e implicações sociais das tecnologias da informação e comunicação pelos governos no Brasil: uma proposta de agenda a partir de reflexões da prática e da produção acadêmica nacional”. O&S – Organizações & Sociedade, (20)66, pp. 543-566. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/8843>
- Cunha, M.A.; Coelho, T.R. e Przeybilovicz, E. (2017). Get into the club: positioning a developing country in the international e-gov research. *The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries*, 79(4), pp.1-21.
- Grönlund, Å. (2010). “Ten years of e-government: The ‘end of history’ and new beginning,” in *Proceedings of 9th international conference on electronic government, EGOV 2010*, M. A. Wimmer, J. -L. Chappelet, M. Janssen and H. J. Scholl (eds.), Berlin, Heidelberg: Springer LNCS 6228, pp. 13–24.
- Grönlund, Å., Horan, T. A. (2004). “Introducing e-gov: history, definitions, and issues,” *Communications of the Association for Information Systems*, (15), pp. 713-729.
- Scholl, H. J. (2016). Making Sense of Indices and Impact Numbers: Establishing Leading EGOV Scholars’ “Signatures”. In *International Conference on Electronic Government and the Information Systems Perspective*, 3–18. New York: Springer International Publishing.
- UN-DESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs. 2020. United Nations E-Government Survey 2020 – Digital Government in the Decade of Action for Sustainable Development. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Reports/UN-E-Government-Survey-2020>

Aula 2 – Transformação digital e transformação digital em governo

Leitura obrigatória

- Dąbrowska, J., Almpantopoulou, A., Brem, A., Chesbrough, H., Cucino, V., Di Minin, A., ... & Ritala, P. (2022). Digital transformation, for better or worse: a critical multi-level research agenda. *R&D Management*.
- Mergel, I., Edelman, N., & Haug, N. (2019). Defining digital transformation: Results from expert interviews. *Government Information Quarterly*, 36(4), 101385.
- Viale Pereira, G., Estevez, E., Cardona, D., Chesñevar, C., Collazzo-Yelpo, P., Cunha, M. A., ... & Joia, L. A. (2020). South American expert roundtable: increasing adaptive governance capacity for coping with unintended side effects of digital transformation. *Sustainability*, 12(2), 718.

Bibliografia Complementar

- Bannister, F. & Connolly, R. (2015). The great theory hunt: does e-government really have a problem? *Government Information Quarterly*, 32 (1), p. 1-11.
- Bryson, J. M.; Crosby, B.C. & Bloomberg, L. (2014). Public Value Governance: Moving beyond Traditional Public Administration and the New Public Management. *Public Administration Review*, 74(4), pp. 445–456. (2013).
- Janowski, Tomasz (2015). Digital government evolution: From transformation to contextualization. *Government Information Quarterly*, 32, p.221-235.
- Lindgren, I., & Jansson, G. (2013). Electronic services in the public sector: A conceptual framework. *Government Information Quarterly*, 30(2), 163-172.
- Lopes, K.; Macadar, M.A.; Luciano, E. Valor Público: o cidadão no centro da gestão pública. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil. “Pesquisa TIC – Governo Eletrônico”. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018.
- Disponível em:
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2017_livro_eletronico.pdf
, p.75-83
- Macadar, M. A.; Luciano, E.M.; Lopes, K. M. G. (2017). Utilização de Teorias nas Pesquisas em Governo Eletrônico: Reflexões Iniciais Sobre Pesquisas Brasileiras. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação (RESI)*, v.16, p.1 23.
- MacLean, D., & Titah, R. (2022). A systematic literature review of empirical research on the impacts of e-government: a public value perspective. *Public Administration Review*, 82(1), 23-38.

- Meijer, A. & Bekkers, V. (2015). A metatheory of e-government: Creating some order in a fragmented research field. *Government Information Quarterly*, 32, p.237-245.
- Ribeiro, M. M. Como o governo eletrônico pode aumentar a transparência das compras governamentais?. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2008.
- Ribeiro, M. M., Diniz, E. H., Oliveira, L. C. P. D., & Faleiros, S. M. (2018). Information systems and intergovernmental relations in Brazilian social policies: a study on users' adaptations to the local context. *RAUSP Management Journal*, 53(1), 86-97. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2531-04882018000100086&script=sci_abstract&tlng=pt
- Rowley, J. E. (2006). An analysis of the e-service literature: Towards a research agenda. *Internet Research*, 16(3), pp. 339–359.
- Scupola, A., & Mergel, I. (2022). Co-production in digital transformation of public administration and public value creation: The case of Denmark. *Government Information Quarterly*, 39(1), 101650.
- Twizeyimana, J. D., & Andersson, A. (2019). The public value of E-Government – A literature review. *Government Information Quarterly*
- Majchrzak, A., Markus, M.L., & Wareham, J. (2016). Designing for digital transformation: Lessons for information systems research from the study of ICT and societal challenges. *MIS Quarterly*, 40(2), 267- 277.

Aula 3 – Oficina 1

Leitura obrigatória

- Colquitt, J.A.; George, G. Part 1: Topic choice. *AMJ-Academy of Management Journal*, 54:3, 432-3, 2011
- Grant, A.M.; Pollock, T.G. Part 3: Setting the hook. *AMJ*, 54:5, 873-6, 2011
- Gil-Garcia, J. R., Dawes, S. S., & Pardo, T. A. (2018). Digital government and public management research: finding the crossroads. *Public Management Review*, 20(5), 633-646

Bibliografia Complementar

- Bono, J. E., & McNamara, G. (2011). Publishing in AMJ—part 2: Research design.
- Sparrowe, R.T.; Mayer, K.J. Part 4: Grounding hypotheses. *AMJ*, 54:6, 1098-4, 2011
- Zhang, Y.A.; Shaw, J.D. Part 5: Crafting the methods and results. *AMJ*, 55:1, 8-4, 2012

- Geletkanycz, M.; Tepper, B.J. Part 6: Discussing the implications. *AMJ - Academy of Management Journal*, 55:2, 256-260, 2012
- Bansal, P., & Corley, K. (2012). Publishing in AMJ—Part 7: What's different about qualitative research? *AMJ* 55:3 (509-513).

Aula 4 – Exclusão digital

Leitura obrigatória

- Macaya, J. F., Ribeiro, M. M., Jereissati, T., dos Reis Lima, C., & Cunha, M. A. (2021). Gendering the digital divide: The use of electronic government services and implications for the digital gender gap. *Information Polity*, 26(2), 131-146.
- Scheerder, A., Van Deursen, A., & Van Dijk, J. (2017). Determinants of Internet skills, uses and outcomes. A systematic review of the second-and third-level digital divide. *Telematics and informatics*, 34(8), 1607-1624.
- Schou, Jannick, and Anja Svejgaard Pors. "Digital by default? A qualitative study of exclusion in digitalised welfare." *Social Policy & Administration* (2018).

Bibliografia Complementar

- Alves, André; Macaya Javiera. Digital by Default: O Uso de Canais de Serviço por Cidadãos em Cidades. In EnANPAD, XLIII São Paulo, 2019.
- de Araujo, M. H., Reinhard, N., & Cunha, M. A. (2018). Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 676-694.
- Sharma, S. K., Metri, B., Dwivedi, Y. K., & Rana, N. P. (2021). Challenges common service centers (CSCs) face in delivering e-government services in rural India. *Government Information Quarterly*, 38(2), 101573.
- Saeed, S. A., & Masters, R. M. (2021). Disparities in health care and the digital divide. *Current psychiatry reports*, 23(9), 1-6.
- Van Deursen, A. J., & Helsper, E. J. (2015). The third-level digital divide: Who benefits most from being online?. In *Communication and information technologies annual*. Emerald Group Publishing Limited.
- Wei, K. K., Teo, H. H., Chan, H. C., & Tan, B. C. (2011). Conceptualizing and testing a social cognitive model of the digital divide. *Information Systems Research*, 22(1), 170-187.

Hargittai, E. (2001). Second-level digital divide: Mapping differences in people's online skills. arXiv preprint cs/0109068.

Aula 5 – Transparência, dados abertos, governo aberto

Leitura obrigatória

Attard, Judie; Orlandi, Fabrizio; Scerri, Simon; Auer, Sören (2015). A systematic review of open government data initiatives. *Government Information Quarterly*, 32, pp.399–418.

Gonzalez-Zapata, F. & Heeks, R. (2015). The multiple meanings of open government data: Understanding different stakeholders and their perspectives. *Government Information Quarterly*, 32, pp.441-452.

Meijer, A. & Potjer, S. (2019). Citizen-generated open data: An explorative analysis of 25 cases. *Government Information Quarterly*

Bibliografia Complementar

Bertot, J.C., Butler, B.S., & Travis, D. (2014). Local big data: The role of libraries in building community data infrastructures. 15th Dg.o '14, Aguascalientes, Mexico, June 18-21, 2014 (pp. 17–23).

Conradie, Peter; CHOENNI, Sunil (2014). On the barriers for local government releasing open data. *Government Information Quarterly*, 31, S10–S17.

Dawes, S.; Helbig, N. (2010). Information Strategies for Open Government: Challenges and Prospects for Deriving Public Value from Government Transparency. In *Electronic Government: Lecture Notes in Computer Science*, M.A. Wimmer et al. (Eds.): EGOV 2010, LNCS 6228, pp. 50–60.

Harrison, T. M., & Sayogo, D. S. (2014). Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. *Government information quarterly*, 31(4), 513-525.

Harrison, T.M; Guerrero, S; Burke, G.B.; Cook, M; Cresswell, A; Helbig, N; Hrdinova, J; Pardo, T. (2012). Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective. *Information polity*, 17(2), 83-97.

Janssen, M., Charalabidis, Y. & Zuiderwijk, A. (2012). Benefits, Adoption Barriers and Myths of Open Data and Open Government. *Information Systems Management*, 29, p.258–268.

- Lourenço, R. P. (2015). An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. *Government Information Quarterly*, 32, pp.323-332.
- Park, C. H., & Kim, K. (2022). Exploring the Effects of the Adoption of the Open Government Partnership: A Cross-Country Panel Data Analysis. *Public Performance & Management Review*, 45(2), 229-253.
- Zeleti, F. A., Ojo, A. & Curry, E. (2016). Exploring the economic value of open government data. *Government Information Quarterly*, 33, pp.535-551.
- Chan, C. M. (2013, January). From open data to open innovation strategies: Creating eservices using open government data. In 2013 46th HICSS (pp. 1890-1899). IEEE.

Aula 6 – Oficina 2

Leitura obrigatória

- Zhang, Y.A.; Shaw, J.D. Part 5: Crafting the methods and results. *AMJ*, 55:1, 8-4, 2012
- Geletkanycz, M.; Tepper, B.J. Part 6: Discussing the implications. *AMJ - Academy of Management Journal*, 55:2, 256-260, 2012

Bibliografia Complementar

- Colquitt, J.A.; George, G. Part 1: Topic choice. *AMJ-Academy of Management Journal*, 54:3, 432-3, 2011
- Bono, J. E., & McNamara, G. (2011). Publishing in AMJ—part 2: Research design.
- Grant, A.M.; Pollock, T.G. Part 3: Setting the hook. *AMJ*, 54:5, 873-6, 2011
- Sparrowe, R.T.; Mayer, K.J. Part 4: Grounding hypotheses. *AMJ*, 54:6, 1098-4, 2011
- Bansal, P., & Corley, K. (2012). Publishing in AMJ—Part 7: What's different about qualitative research? *AMJ* 55:3 (509-513).

Aula 7 – Smart Cities, smart governance

Leitura obrigatória

- Gil-Garcia, J., et al. 2015. What makes a city smart? Identifying core components and proposing an integrative and comprehensive conceptualization. *Information Polity*, 20(1):61-87. doi:10.3233/IP-150354

- Mora, L., Bolici, R., & Deakin, M. (2017). The first two decades of smart-city research: A bibliometric analysis. *Journal of Urban Technology*, 24(1), 3-27
- Przebyłowicz, E., Cunha, M. A., & Meirelles, F. D. S. (2018). O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e smart city. *Revista de Administração Pública*, 52, 630-649

Bibliografia Complementar

- Albino, V., Berardi, U., e Dangelico, R. M. (2015). Smart cities: Definitions, dimensions, performance, and initiatives. *Journal of Urban Technology*, 22, pp. 3–21.
- Bouskela, M.; Casseb, M.; Bassi, S.; De Luca, C.; Facchina, M. (2016). Caminho para as smart cities: Da gestão tradicional para a cidade inteligente. Washington: BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <https://publications.iadb.org/handle/11319/7743?locale-attribute=pt&#sthash.cZM14kka.dpuf>
- Caragliu, A., et al. 2011. Smart cities in Europe. *Journal of urban technology*, 18(2):65-82. doi.org/10.1080/10630732.2011.601117
- Castelnovo, W., Misuraca, G. e Savoldelli, A. (2016). Smart Cities Governance: The Need for a Holistic Approach to Assessing Urban Participatory Policy Making. *Social Science Computer Review*, 34(6), pp. 724-739.
- Chourabi, H., Nam T., Walker, S., Gil-Garcia, J. R., Mellouli, S., Nahon, K., Pardo, T.A., & Scholl, H. J. (2012). Understanding Smart Cities: An Integrative Framework, Proceedings of the 45th Hawaii International Conference on System Science (HICSS), Honolulu, HI, USA.
- Cunha, M.A.; PRZEYBIŁOWICZ, E; MACAYA. J.; BURGOS, F. Smart Cities: transformação digital de cidades. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania – PGPC, 2016. 161p. **disponível em:**
- http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/smart_cities_bra_versao_final.pdf.
- Kanter, R. M., & Litow, S. S. (2009). Informed and interconnected: A manifesto for smarter cities. Harvard Business School General Management Unit Working Paper, 09-141. Available from <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/09-141.pdf>.

- Meijer, A. J., Gil-Garcia, J. R., & Bolívar, M. P. R. (2016). Smart city research: Contextual conditions, governance models, and public value assessment. *Social Science Computer Review*, 34(6), 647-656.
- Meijer, A., e Rodríguez-Bolívar, M. P. (2016a). Governing the smart city: A review of literature on smart urban governance. *International Review of Administration Science*, 82(2), pp.392-408.
- Meijer, A., e Rodríguez-Bolívar, M. P. (2016b) Smart Governance: Using a Literature Review and Empirical Analysis to Build a Research Model. *Social Science Computer Review*, 34(6), pp. 673-692.
- Majchrzak, A., Markus, M.L., & Wareham, J. (2016). Designing for digital transformation: Lessons for information systems research from the study of ICT and societal challenges. *MIS Quarterly*, 40(2), 267- 277.
- Nam T., & Pardo, T. A. (2011). Conceptualizing Smart City with Dimensions of Technology, People, and Institutions, *Proceedings of the 12th Annual International Conference on Digital Government Research - Dg.o'11*, College Park, MD, USA.
- Paskaleva, K. (2009). Enabling the Smart City: The Progress of city e-Governance in Europe. *International Journal of Innovation and Regional Development*, 1(4), 405-422.
- Pereira, G.V., Parycek, P., Falco, E. e Kleinhans, R. (2018). Smart governance in the context of smart cities: A literature review. *Information Polity*, 23, p.143–162.
- Ruhlandt, R.W.S. (2018). The governance of smart cities: A systematic literature review. *Cities*, 81, pp.1-23.

Aula 8 – Oficina 3

Leitura obrigatória

- LEE, A. Reviewing a Manuscript for Publication. *Journal of Operations Management* 13, pp. 87-92, 1995
- POZZEBON, M. Conducting and Evaluating Critical Interpretive Research: Examining Criteria as a Key Component in Building a Research Tradition. *Information Systems Research* 143, pp. 275-292, 2004
- Walsham, G. (2012). Are we making a better world with ICTs? Reflections on a future agenda for the IS field. *Journal of Information Technology*, 27(2), 87-93.

Outros assuntos (tecnologias emergentes em governo)

- Chatfield, A.T. e Reddick, C.G. (2019). A framework for Internet of Things-enabled smart government: A case of IoT cybersecurity policies and use cases in U.S. federal government. *Government Information Quarterly* (In Press).
- Kankanhalli, A.; Charalabidis, Y. e Mellouli, S. (2019). IoT and AI for Smart Government: A Research Agenda. *Government Information Quarterly*, 36, pp.304-309.
- Ølnes, S., Ubacht, J. e Janssen, M. (2017). Blockchain in government: benefits and implications of distributed ledger technology for information sharing, *Government Information Quarterly*, 34(3), pp. 355-364.
- Shen, C. e Pena-Mora, F. (2018). Blockchain for Cities—A Systematic Literature Review. *IEEE Access*, Vol.6.
- Sun, T.Q. e Medaglia, R. (2019). Mapping the challenges of artificial intelligence in the public sector: evidence from public healthcare. *Government Information Quarterly* (In Press).
- Wirtz, B.W., Weyerer, J.C. e Schichtel, F.T. (2019). An integrative public IoT framework for smart government, *Government Information Quarterly*, 36, pp.333-345.

Exame Final – Entrega dos trabalhos

PROGRAMAÇÃO DAS AULAS

Aula	Dia	Conteúdo
1	4/maio	Apresentação da Disciplina - Introdução
2	11/maio	Transformação digital
3	18/maio	Oficina 1
4	25/maio	Exclusão digital
5	1/junho	Transparência, dados abertos, governo aberto
6	8/junho	Oficina 2
7	15/junho	Smart cities, smart governance
8	22/junho	Oficina 3
Entrega Exame	06/julho	Enviar via eClass [SafeAssign] Artigo final

Focal Topics in Information Systems

DEPARTAMENTO: TECHNOLOGY AND DATA SCIENCE (TDS)

CURSO.....:MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

.....:MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO

..... MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DISCIPLINA.....: FOCAL TOPICS IN INFORMATION SYSTEMS: SUSTAINABILITY

PROFESSORES .: EDUARDO HENRIQUE DINIZ (TDS)

DURAÇÃO.....: 2023-2

SYLLABUS

INTRODUCTION

The relationship between technology and sustainability has been increasingly paradoxical in our century. If on one hand the technological development has brought great advances in the quality of life and productivity in many regions of the world, on the other hand its omnipresence in all spheres of human life and the different levels of penetration in different areas has also been a source of tensions and criticism. Recent research in the information systems (IS) field point to a positive contribution of ICT - information and communication technologies - for sustainable development, in particular its necessary alignment with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the United Nations, in various areas of activities, such as fighting poverty and inequalities, improving health, education, employment and many other topics. The positive effect is mainly through increased access to information and reduction of communication costs. Internet and mobile phones have great potential for improving health and education systems and in fighting regional and social inequalities, as well as protecting the environment. However these benefits are not being fully realized for a number of reasons of a different nature, which can be analyzed from different perspectives. In this interdisciplinary course we discuss the different roles that ICT can play to sustainable development. The focus is the Brazilian scenario, but during the course will be extensively discussed examples of other cultures and territories. This theme, which has already been internationally known as ICT for Good (alignment of Information and Communication Technologies with the Sustainable Development Goals), has produced extensive bibliography that will be widely used during the course.

OBJECTIVES

Os objetivos de aprendizagem da disciplina estão apresentados na tabela abaixo, demonstrando como os mesmos contribuem para os objetivos do CMCD.

The course learning goals are presented in the table below, showing how they contribute to the learning goals related to the objectives of CMCD.

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO / LEVEL OF CONTRIBUTION *
--

Forte / High	Intermediário / Medium	Reduzido / Low	Nenhum / None
●●●	●●○	●○○	○○○

CMCD Objectives	Course learning goals	Level of Contribution *
Qualitative research methods	Discussion on methods is marginal to the cases presented	●○○
Quantitative research methods	Discussion on methods is marginal to the cases presented	●○○
Knowledge of research themes (Master) and theory (Doctorate)	Discussion on the roles of ICT for sustainable development	●●●
Design and Development Research	Discussion related to design a research on the topic of the course	●●○
Relevance (Master and Doctorate) and innovation (Doctorate) in research	Discussion the implications of the digital society and innovative ways necessary to research it	●●○
Development of academic papers	Students finish the course by proposing one paper with focus in publication	●●●
Outros objetivos da disciplina / Other course learning goals:.....		

METHODOLOGY

The course will be taught through lectures, case discussions, seminars presented by the students and readings to promote discussions on the adopted literature. The course is structured in 7 meetings covering different topics related to the focal topic of ICT and sustainable development..

GRADING

Participation	20%
Seminar:	20%
Pre-Project	20%
Final Project:	40%

Participation will be based on frequency and contribution of each student to discussions performed during sessions. Previous reading of the papers related to each session is essential for promoting a higher level discussion expected during the course.

Seminar will happen in every class on the topic of the day, starting from the second class. Students must present one case related to the subject of the session in a given date. Students must bring a case of her/his choice related to the subject of the session. Basic literature will be provided but it is expected that students bring new sources to enrich the discussion on the subject being covered.

Final Project is expected to be a literature review (paper format, in English) of one topic related to the main subject of the course. Students must propose their Project at the end of the first month in a format of pre-project. Final Project is expected to be delivered one week after the last session. Projects can be presented by one single student (or more, depending on the number of students enrolled)

CONTENT

Each of the classes of the course will cover the subjects related to the main topic of the course. Bellow the list of subjects proposed:

ICT and SDGs: overview of the field
Theorizing ICT & Sustainability
Researching ICT & Sustainability
ICTs, SDGs & Grand Challenges
Frugal ICT Innovation & Decoloniality in IS Research
Hacker Ethics & Citizen Data Science
ICT & Extreme Events (social, economic and environmental)

BIBLIOGRAPHY

To be announced

Public Sector Performance: Managing for Results

PROGRAM: Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP)

COURSE: Public Sector Performance: Managing for Results

PROFESSOR: Evan Berman <https://eaesp.fgv.br/pessoa/evan-berman>

SEMESTER: 2º/2023.

Datas (8 weekly sessions +1 evaluation): (3 hrs each) 09:00-12:00

Aug 5, 12, 19, 26, Sept 2, 16, 23, 30 + Oct 7 (evaluation, only)

CRÉDITOS: 2 cr.

Public Sector Performance: Managing for Results	2	5/8/2023	Online	sábado	09h00 às 12h00	Evan Berman
		12/8/2023	Presencial	sábado	09h00 às 12h00	
		19/8/2023	Online	sábado	09h00 às 12h00	
		26/8/2023	Presencial	sábado	09h00 às 12h00	
		2/9/2023	Online	sábado	09h00 às 12h00	
		16/9/2023	Presencial	sábado	09h00 às 12h00	
		23/9/2023	Presencial	sábado	09h00 às 12h00	
		30/9/2023	Online	sábado	09h00 às 12h00	
		2/10/2023	Avaliação	sábado	09h00 às 12h00	

COURSE OBJECTIVES

The objective of this course is to examine practices and strategies for achieving results and lifting the performance of public sector organizations. The course examines a range of effective practices for contemporary public managers, including results-based management, strategic management, digital government and other selected strategies, including change management strategies for public organizations.

LECTURES

Lecture 1	Introduction; History and Paradigms of Public Sector Performance
Lecture 2	Performance Measurement and Applications (logic models); Cross-cutting logic models
Lecture 3	Performance Management Systems (PMS); Cross-cutting implementation; student discussion of logic models
Lecture 4	Digital Governance: history and stages, applications, implementation challenges, business proposals.
Lecture 5	Change Leadership (applied); overcoming obstacles; Getting to High Performance in the Public Sector
Lecture 6	Innovation in the Public Sector; Agile and Lean Government
Lecture 7	Strategic Management; Public-Private Partnerships; Contracting I
Lecture 8	Contracting II; Student Proposal Presentations (re Assignment #2, initial)

Lecture 9	Evaluation, only (see “Evaluation Criteria” and “Assignments,” below)
-----------	---

LEARNING OBJECTIVES

Learning Outcomes

Students who pass this course will be able to:

- Critically analyze key principles and strategies for lifting the performance of public sector organizations and achieving results, including processes of managing change;
- Critically analyze the history and context of performance improvement in the public sector, including the analysis of opportunities and constraints.
- Design an improvement project for improving performance in a public sector organization.
- Increase familiarity with current research on performance improvement strategies in the public sector.

Objectives	Objectives of the course	Degree of contribution
Qualitative research methods	--- Discuss publications relevant to the field of public administration and government using qualitative methods	● ● ○
Quantitative research methods	--- Discuss publications relevant to the field of public administration and government using quantitative methods	● ● ○
Knowledge of the research topic / theory	--- Debate emerging issues in the field of public administration with speakers	● ● ●
Research procedures	--- Analyze research procedures used by different authors	● ○ ○
Relevance and innovation in research	--- Examine recent innovations in the field of public administration and government	● ● ●
Elaboration of articles	--- Discuss publications relevant to the field of public administration.	● ● ○

METHODOLOGY

The course consists of weekly lectures on topics as indicated in the lecture schedule. Students are required to read all assigned material and participate in the classes, as there will be debates about each topic and the students are expected to contribute to those debates.

Students will be additionally present their assignments in small group discussions and selected articles as part of their participation. Students may be called upon to contribute to class discussions.

Note: this course has participation from University of Indonesia – their students, and a few shared lecture sessions.

EVALUATION CRITERIA

The final grade is composed of the following parts:

Component	Points	Due date	Other
1. Participation	30%		
2. Developing a Program Logic Model (Assignment #1)	30%	Lecture 4, 5 PM	Max 2,000 words
3. Performance Improvement Assessment and Improvement (Assignment #2)	40%	Lecture 9 week, 5 PM.	Max 3,500 words

NOTE: The following is subject to change.

Participation is based on attendance, contributions to class discussions, readings/presentation, online introduction, and other activities as assigned.

ASSIGNMENTS

Assignment #1: Developing a Program Logic Model (30%)

(Word limit = 2.000 words)

Develop a public program logic model for a program of your choice, actual or imagined, based on the course content:

1. State the program title, and clearly define the program purpose (problem that its addresses) (1 paragraph)
2. Describe the major activities and the main outputs of the activities (3 paragraphs)
3. Identify the main program goal(s), and identify the key outcomes through success is measured (1 paragraph)
4. Draw a logic model that represents the linkage among your program activities, outputs, outcomes and goals (make the drawing look professional!) Note: you may make two logic models, one for marketing (to be quickly understood), another with more detail such as for managing the effort.

You must submit a *.docx file. The above should be developed for a senior manager (hence, who needs to understand this effort in some depth), and who is unfamiliar with logic models and performance measurement. You must use sub-headings for each of the above elements. You will be graded on your ability to: (i) follow the above outline exactly, (ii) writing in approximately decent English (iii) providing thoughtful, in-depth and logical description of the program and its main elements. The text (items 1-3) must make the logic of your program clear.

Due: See “Evaluation Criteria”, above

Assignment #2: Performance Assessment and Improvement (40%)

This paper consists of two parts: (i) PART A: the assessment of a performance improvement experience with which you are familiar (or based on secondary sources), and (ii) PART B: a proposal for implementing a performance improvement strategy in an organization of your choice (possibly using the same performance improvement strategy in -i-).

Part A: Discuss a performance improvement experience with which you are familiar or based on secondary sources. This could include performance improvement efforts not (much) discussed in this class, e.g., privatization, which may be relevant to some students. (i) What did the performance improvement effort aims or achieve? (ii) What did the effort actually achieve? By what measure was it successful? (iii) By what measures did it not fully achieve what it sought? (iv) In hindsight, what factors contributed to any goals not being fully met, and what might be done differently next time to address these and other factors? NOTE: Choose a *narrow or targeted improvement* effort in order to specifically discuss targets and strategies

Part B: Write a brief proposal for improving the performance of a program or organization. NOTE: some efforts are very broad, encompassing multiple subparts (e.g., reducing traffic jams in São Paulo, improving health of vulnerable children, etc.) Then, your analysis of the performance improvement should focus on one sub-part of these very broad efforts (while acknowledging these linkages) how it is connected) is so you can deeply into the issues of the outline. Use the following outline:

Title of the performance improvement

1. Background

- Discussion of the activity, reason for existence, its goals, and current performance. Be sure to also clearly the public purpose that is being served
- Identify improvement needs or opportunities, and why they are compelling.

2. The Performance improvement effort

- Definition of the intended performance improvement effort (and relation to above needs). State clearly how it will improve public value/purpose.
- (could be multiple sections:) Detailed discussion of how the performance improvement effort will affect key program or organization parameters.
- Brief discussion of the use and outcomes of the performance improvement effort in other settings (i.e., has it been done elsewhere before? What can be learned from these to inform your effort, and how these your text above reflect that?)

NOTE: Be sure to discuss the effort, not the reasons for it!! – reasons go in 1. Background, above

3. Key performance measures

- Measures of the program or organizations that will be changed
 - Measures related to the performance improvement effort
- NOTE: use a table for your performance measures!

4. Implementation Strategy

- Summary of main phases that will be undertaken to implement the improvement strategy. Give a brief description of each phase.
- Feasibility: (i) identification of challenges and risks (identify the relevant phases), and how they will be addressed/mitigated (ii) identification of constraints that cannot be changed, and how the intended effort stays with these
- Milestones for implementation (incl. resourcing and authorization)

5. Summary

- Recap of the objectives of the proposed improvement, the need for improvement, expected outcomes and benefits of this effort for the organization.

You must submit a *.docx file. The assignment should be about 3,000-3,500 words in total. You will be graded based on (i) thoroughness (in-depth treatment), (ii) following the above outline, (iii) insightfulness, and (iv) professional appearance of the entire assignment. As to latter, please write in a "professional report" style (rather than, say, student essay style). Note: a professional report style should be written in paragraphs, too (not only bullets!) See “Writing in English” ppt for ideas and issues with writing paragraphs

Due: See “Evaluation Criteria”, above

MAIN TOPICS AND BIBLIOGRAPHY

The following are illustrative readings, only: Required readings will be about two per lecture and announced two weeks before each class. – see the eClass course website.

<https://aspacap.com/performance-measurement-publications/>

Lecture 1: Introduction; History and Paradigms of Public Sector Performance

Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2017). *Public management reform: A comparative analysis* Oxford University Press., ch. 1 and 2
 Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed. ch.1 and 2
 European Commission (2017). *Quality of Public Administration: A Toolbox for Practitioners*.

Lecture 2: Performance Measurement and Applications (logic models)

Wisconsin (2003). Enhancing Program Performance with Logic Models.
<https://fyi.extension.wisc.edu/programdevelopment/files/2016/03/lmcourseall.pdf>
 Brasil (2018). Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex ante, volume 1. Casa Civil da Presidência da República, IPEA.
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf
 Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed. ch.3
Academic Scholarship:
 Kroll, A. (2015). Drivers of performance information use: Systematic literature review and directions for future research. *Public Performance & Management Review*, 38(3), 459-486.

Lecture 3: Performance Management Systems (PMS); Cross-cutting implementation

Bouckaert, G., & Halligan, J. (2007). *Managing performance: International comparisons*. Routledge.

Academic Scholarship:

Ateh, Md., E. Berman and E. Prasojo. (2020). Intergovernmental Strategies Advancing Performance Management Use. *Public Performance and Management Review*, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15309576.2020.1736588>. (March 2020).

Olvera, J. G., & Avellaneda, C. N. (2017). Performance management in public administration. In *Oxford Research Encyclopaedia of Politics*.

Hall, J. L. (2017). Performance management: Confronting the challenges for local government. *Public Administration Quarterly*, 43-66.

Lecture 4: Digital Governance: history and stages, applications, implementation challenges

Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed. chapter4

Lips, Miriam. *Digital Government: Managing Public Sector Reform in the Digital Era*. Routledge, 2019., ch. 3

Janowski, T. (2015). Digital government evolution: From transformation to contextualization.

Academic Scholarship:

Roman, A. V., Van Wart, M., Wang, X., Liu, C., Kim, S., & McCarthy, A. (2019). Defining e-leadership as competence in ICT-mediated communications: an exploratory assessment. *Public Administration Review*, 79(6), 853-866.

Elston, T., & Dixon, R. (2020). The effect of shared service centers on administrative intensity in English local government: A longitudinal evaluation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 30(1), 113-129.

Lecture 5: Change Leadership: overcoming obstacles; High performance in the Public Sector

Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed., ch.2 and 9.

Kouzes, J. M., & Posner, B. Z. (2006). *The leadership challenge*. John Wiley & Sons, 5th edition, chapter 1 and 2 (skim entire book)

S. Liff, *98 Opportunities to Improve Management in Government*. (2014). Tysons Corner, VA: Management Concepts Press, selected chapters

Light, P. C. (2005). *The Four Pillars of High Performance: How Robust Organizations Achieve Extraordinary Results: Lessons from the RAND Corporation*. McGraw Hill.

Academic Scholarship:

Fernandez, S., & Rainey, H. G. (2006). Managing successful organizational change in the public sector. *Public administration review*, 66(2), 168-176.

Homberg, F., Vogel, R., & Weiherl, J. (2019). Public service motivation and continuous organizational change: Taking charge behaviour at police services. *Public administration*, 97(1), 28-47.

Berman, E. and J. West. (2003). Psychological Contracts in Local Government: A Preliminary Survey. *Review of Public Personnel Administration*, 23(4):267-285.

- Berman, E., D-Y. Chen, C-Y. Jan and T-Y. Huang. (2013) Public Agency Leadership: The Impact of Informal Understandings with Political Appointees on Perceived Agency Innovation in Taiwan. *Public Administration*, 91(2):303–324
- Vu, T.-A., G. Plimmer, E. Berman, and M. Sabharwal. (2019). “Managing Employee Performance in Transition Economies: A study of Vietnamese Public Organizations,” *Public Administration and Development*, 39: 89–103.

Lecture 6: Innovation and Agile Government in the Public Sector

- OECD (2017). Fostering Innovation in the Public Sector. https://read.oecd-ilibrary.org/governance/fostering-innovation-in-the-public-sector_9789264270879-en#.Xq2R6GhKiUk
- OECD (2017). *Core Skills For Public Sector Innovation*. (online)
- E. Berman. (2021). Sustaining Performance in the Public Sector: What is needed from public managers. In: M. Holzer et al (eds). *Public Productivity and Performance Handbook*. Routledge, chapter 11 (pp.131-136).
- Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed., chapter 5, 7
- Newell, T., Reeher, G., & Ronayne, P. (Eds.). (2011). *The trusted leader: Building the relationships that make government work*. CQ Press.
- Academic Scholarship:*
- Mergel, I., Ganapati, S., & Whitford, A. B. (2021). Agile: A new way of governing. *Public Administration Review*, 81(1), 161-165.
- Greve, C., Ejersbo, N., Lægred, P., & Rykkja, L. H. (2020). Unpacking Nordic administrative reforms: Agile and adaptive governments. *International Journal of Public Administration*, 43(8), 697-710.
- Cinar, E., Trott, P., & Simms, C. (2019). A systematic review of barriers to public sector innovation process. *Public Management Review*, 21(2), 264-290.
- Voorberg, W. H., Bekkers, V. J., & Tummers, L. G. (2015). A systematic review of co-creation and co-production: Embarking on the social innovation journey. *Public management review*, 17(9), 1333-1357.

Lecture 7: Strategic Management in cities, regions and national government; Public-Private Partnerships

- Bryson, J. M. (2018). *Strategic planning for public and nonprofit organizations: A guide to strengthening and sustaining organizational achievement*. John Wiley & Sons, 5th edition, various chapter
- Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed., ch.6, 8
- Donahue, J. D., Zeckhauser, R. J., & Eggleston, K. (2020). *The Dragon, the Eagle, and the Private Sector: Public-Private Collaboration in China and the United States*. Cambridge University Press.
- World Bank (2014) World Bank Group Support to Public-Private Partnerships: Lessons from Experience in Client Countries, FY02–12. Independent Evaluation Group.
- Academic Scholarship:*

- Wang, X-H., Chen, K., and E. Berman. (2016) Building Network Implementation Capacity: Evidence from China. *International Public Management Journal*, 19(2): 264-291.
- Bryson, J., Sancino, A., Benington, J., & Sørensen, E. (2017). Towards a multi-actor theory of public value co-creation. *Public Management Review*, 19(5), 640-654.
- Gomes, R and E. Berman. (2020). Senior Managers in National Strategic Planning and Management. In: H. Dickenson ed. *Handbook of the Public Servant*. Palgrave, https://doi.org/10.1007/978-3-030-03008-7_98-1.

Lecture 8 Contracting; Student presentations

- Baucchio-Teschlog, T., Carney, D., Foster, J., King, R., & Weber, C. (2020). *Developing and Managing Requests for Proposals in the Public Sector*. Routledge.
- Thai, K. V. (Ed.). (2008). *International handbook of public procurement*. CRC Press., chapter 28 (contract negotiations).
- Berman, E. and I. Hijal-Moghrabi. (2023). *Performance and Innovation in the Public Sector*. Taylor & Francis, 3rd ed., ch.8
- Forrer, J., Kee, J. J., & Boyer, E. (2014). *Governing cross-sector collaboration*. John Wiley & Sons.
- Academic Scholarship:*
- Jing, Y., & Hu, Y. (2017). From service contracting to collaborative governance: Evolution of government–nonprofit relations. *Public Administration and Development*, 37(3), 191-202.
- Savas, E. S. (1992). Privatization in post-socialist countries. *Public administration review*, 573-581.
- James, O., Jilke, S., Petersen, C., & Van de Walle, S. (2016). Citizens' blame of politicians for public service failure: Experimental evidence about blame reduction through delegation and contracting. *Public Administration Review*, 76(1), 83-93.

Tópicos Especiais em Regulação

DEPARTAMENTO: GESTÃO PÚBLICA
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CMCDAPG)
PROFESSORA RESPONSÁVEL: PROFa. ELIZE MASSARD DA FONSECA
SEMESTRE: 2º/2023
CRÉDITOS: 2

PROGRAMA DA DISCIPLINA

NOME DA DISCIPLINA

Tópicos Especiais em Regulação

EMENTA

As instituições políticas são um conjunto de regras, incluindo normas informais ou expectativas compartilhadas que definem ou coordenam a interação dos agentes. Essa disciplina abordará as instituições políticas envolvidas na regulação de setores econômicos e sociais.

Inicia-se com o estudo seminal sobre teoria da captura regulatória de Stigler, em sequência serão discutidos os principais fundamentos da teoria econômica da regulação. Além disso, serão abordados estudos sobre desenho das agências e controle da burocracia no contexto americano, que se baseiam em conceitos como principal-agente para explicar a delegação do Congresso às comissões independentes. Por outro lado, a literatura Europeia, com forte ênfase nos constrangimentos regulatórios instituídos pela União Europeia introduziu novos conceitos como o crescimento do Estado regulador e suas estruturas de governança. Posteriormente será discutido o Estado regulatório nos países do Sul, ou seja, as inovações organizacionais como a criação de das agências reguladoras independentes na América Latina, suas motivações e implicações para as economias locais. Por fim, serão discutidos temas contemporâneos em regulação.

É desejável que os alunos tenham experiência com leituras em ciência política, economia política ou áreas afins. Além disso, é fundamental que tenham disponibilidade para ler em inglês uma vez que a bibliografia sugerida está em língua inglesa.

⇒ A qualidade da sua aprendizagem em sala de aula dependerá da leitura atenta e da reflexão cuidadosa que você dedicar a bibliografia referenciada.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Essa disciplina tem por objetivo introduzir o aluno as grandes questões conceituais e empíricas dos estudos em política da regulação, que possam ser aplicados de forma crítica ao estudo de casos específicos ou da sua pesquisa.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

Objetivos do CMCDAPG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	---	○ ○ ○
Métodos quantitativos de pesquisa	---	○ ○ ○
Conhecimento do tema de pesquisa / teoria	<ul style="list-style-type: none"> • Explorar diferentes marcos teóricos sobre regulação • Aplicar os conceitos aprendidos em projetos de pesquisa de seu interesse 	● ● ●
Procedimentos de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar perguntas de pesquisa em diferentes escolas da regulação 	● ● ○
Relevância e inovação em pesquisa	---	○ ○ ○
Elaboração de artigos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar texto crítico e reflexivo sobre a bibliografia do curso 	● ● ○
Outros objetivos da disciplina: ---		

METODOLOGIA

As aulas terão o formato de aulas expositivas-dialogadas, seminários e estruturadas de forma a incluir diversas atividades de aprendizagem flexíveis as necessidades dos alunos. A metodologia desse curso pressupõe que os alunos possuem diferentes experiência com as teorias de regulação (são bem-vindos iniciantes e avançados). Espera-se que alunos sejam agentes de sua própria aprendizagem: iniciar conversas, compartilhar leituras adicionais, e oferecer feedback construtivo que aprimore sua aprendizagem e a dos colegas. A professora será responsável por estruturar as discussões e sumarizar os principais pontos de discussão dos textos e das aulas.

TÓPICOS PRINCIPAIS

1. Introdução à teoria econômica da regulação e estado regulatório
2. *Lobbying* e regulação: captura, não-captura, *lobbying* regulatório
3. Governança regulatória
4. Processo político de criação das agências reguladoras independentes no Brasil
5. Regulação e mercados globais
6. Regulação de plataformas digitais, meio ambiente, produtos para saúde

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação consiste no somatório de três atividades:

40% - Presença e participação nas atividades em sala de aula

20% - Apresentação de um texto no formato seminário (individual ou dupla, à definir)

40% - *Essay* (1000 - 1500 palavras, exclui bibliografia)

Para o trabalho final (*essay*) o aluno deverá escolher um dos tópicos das aulas e elaborar uma resenha crítica (e.g. uma análise relacionada ao tema da sua tese ou dissertação, uma discussão teórica aplicada a um caso, uma crítica a determinado conjunto da literatura, etc. – não serão aceitos resumos de texto. Trata-se de um trabalho analítico, use a criatividade!!)

CRONOGRAMA AULA A AULA

Poderá sofrer alterações ao longo da disciplina

Aula	Leituras
1	<p>Captura, não-captura</p> <p>Stigler, G. 1971. "The Theory of Economic Regulation." <i>Bell Journal of Economics and Management Science</i> 3:3-18.</p> <p>Carpenter, D, and D Moss. 2013. <i>Preventing Regulatory Capture: Special Interest Influence and How to Limit it</i>. Cambridge: Cambridge University Press.</p> <p>DESAFIO: Os alunos devem trazer um exemplo empírico que exemplifique o fenômeno da captura regulatória (ou não-captura, conforme Carpenter). Vale notícia de jornal, vídeo, série ou filme, etc.</p> <p><i>Complementar</i></p> <p>Woll, C. 2008. <i>Firm interests: how governments shape business lobbying on global trade</i>. Ithaca/London: Cornell University Press.</p>
2.1	<p>Fundamentos básicos da teoria econômica da regulação</p> <p>Mueller, B. 2001. "Regulação, informação e política: uma resenha da teoria política positiva da regulação." <i>Revista Brasileira de Economia de Empresas</i> 1 (1):9-29.</p> <p>DESAFIO: Os alunos devem trazer um exemplo empírico que exemplifique falha de mercado. Vale notícia de jornal, vídeo, série ou filme, etc.</p> <p><i>Complementar</i></p> <p>Baron, D. 1993. The economics and politics of regulation: perspectives, agendas and approaches. In <i>Research Paper No 1247</i>. Stanford University.</p> <p>Noll, R. 1989. "Economic perspectives on the politics of regulation." In <i>Handbook of Industrial Organization</i>, edited by R Schmalensee. New York: Oxford University Press.</p>
2.2	<p>Desenho institucional das agências e controle da burocracia</p> <p>Balla, S. Institutional design and management of reg governance (hbk)</p> <p>McCubbins, M., Schwartz, T. 1984. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. <i>American Journal of Political Science</i>, 28 (1): 165-179</p> <p><i>Complementar</i></p>

	<p>Carpenter, Daniel P. 2001. <i>The Forging of Bureaucratic Autonomy: Reputations, Networks, and Policy Innovation in Executive Agencies, 1862-1928</i>. Princeton, NJ: Princeton University Press. (Introdução e capítulo 1)</p> <p>Lewis, D. 2003. <i>Presidents and the Politics of Agency Design: Political Insulation in the United States Government Bureaucracy, 1946-1997</i>. Stanford: Stanford University Press.</p> <p>McCubbins, Mathew, Roger Noll and Barry Weingast. 1989. "Structure and Process, Politics and Policy: Administrative Arrangements and the Political Control of Agencies." <i>Virginia Law Review</i></p> <p>Gailmard, S. McNollgast's "Administrative Procedures as Instruments of Political Control" (hdbk classics in public policy)</p>
3	<p>Estado Regulatório e o Estado Regulatório no Sul</p> <p>David Vogel. 1986. <i>National Styles of Business Regulation: Environmental Policy in Great Britain and the United States</i>. Cornell University Press, Ithaca, N.Y. (Introdução)</p> <p>Dubash, N, and B Morgan. 2012. "Understanding the rise of the regulatory state of the South." <i>Regulation & Governance</i> 6:261–281.</p> <p><i>Complementar</i></p> <p>Jordana, J. The institutional development of the Latin American regulatory state (hdbk)</p> <p>Levi-Faur, David. 2013. "The odyssey of the regulatory state: from a think monomorphic concept to a thick and polymorphic concept." <i>Law & Policy</i> 35 (1-2):29-50.</p> <p>Moran, M. 2002. "Review article: understanding the regulatory state." <i>B.J.Pol.S.</i> 32:391-413.</p> <p>Majone, G. 1998. "The rise of the regulatory state in Europe." In <i>A reader on regulation</i>, edited by R Baldwin, C Scott and C Hood. New York: Oxford University Press. Special issue - <i>Regulation & Governance</i> 2012: 6</p>
4	<p>Regulação no Brasil</p> <p>Correa et al 2019. "Political interference and regulatory resilience in Brazil". <i>Regulation and Governance</i>. Ahead of print</p> <p>Melo, M.A., Pereira, C., & Werneck, H. 2010. Delegation Dilemmas: Coalition Size, Electoral Risk, and Regulatory Governance in New Democracies. <i>Legislative Studies Quarterly</i></p> <p>Pó, Marcos , and Fernando Abrucio. 2006. "Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças." <i>Rev. Adm. Pública</i> 40 (4):679-698.</p> <p><i>Complementar</i></p> <p>Melo, Marcus André. 2002. "As agências regulatórias: gênese, desenho institucional e governança " In <i>O Estado numa Era de Reformas: os Anos FHC</i>, edited by Fernando Abrucio and Maria Rita Loureiro, 247-305. Brasília: SEGES-MP.</p> <p>Melo, Marcus 2001. "A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação". <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> 116 (46):55-68.</p>

	<p>Pacheco, Regina. 2006. “Regulação no Brasil: Desenho das Agências e Formas de Controle.” <i>Revista Brasileira de Administração Pública</i> 4:523-543.</p> <p>Prado, M. 2012. “Implementing independent regulatory agencies in Brazil: The contrasting experiences in the electricity and telecommunications sectors.” <i>Regulation & Governance</i> 6:300–326.</p>
5	<p>Discussão aplicada sobre regulação no Brasil: avaliação de impacto regulatório, regulação do saneamento, nova lei das agências e comissão regulatória, interferência política nas agências, etc – os alunos devem pesquisar sobre esses temas (ou outros de seu interesse) e debatê-los em sala de aula.</p> <p>Não haverá sugestão de leitura nessa aula.</p>
6	<p>Regulação nacional na economia global</p> <p>Vogel, D. 1995 Trading UP (cap. 1 - National regulation in the global economy e cap. 5 - Food safety and international trade)</p> <p>Woll, C, and A Artigas. 2007. "When trade liberalization turns into regulatory reform: The impact on business–government relations in international trade politics." <i>Reg. & Governance</i> 1:121-138.</p> <p>Texto adicional à definir</p> <p><i>Complementar</i></p> <p>Vogel, S. 2018. <i>Marketcraft: how governments make markets work</i>. New York: Oxford University Press. (cap 1)</p> <p>David Vogel. <i>The Politics of Precaution: Regulating Health, Safety and Environmental Risks in Europe and the United States</i>. Princeton University Press. (cap 1)</p>
7	<p>Temas contemporâneos no estudo da regulação</p> <p>Thatcher, M., Sweet, A. S., & Rangoni, B. 2023. Reversing delegation? Politicization, de-delegation, and non-majoritarian institutions. <i>Governance</i>, 36(1), 5-22.</p> <p>Texto plataformas digitais - à definir</p> <p>Texto adicional - à definir</p>
8	<p>Palestra com especialista em regulação e fechamento da disciplina</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Baldwin, R, M Cave, and M Lodge. 2010. *The oxford handbook of regulation*. New York: Oxford University Press.
- Baldwin, R, M Cave, and M Lodge. 2013. *Understanding Regulation: Theory, Strategy, and Practice*. 2nd ed. New York: Oxford University Press.
- Baron, D. 1993. *The economics and politics of regulation: perspectives, agendas and approaches*. In *Research Paper No 1247*. Stanford University.
- Cohon, A. 2013. "Building regulatory bodies in the Brazilian states." PhD, Political Science, University of California Berkeley.

- Haber, H. 2011. "Regulating-for-welfare: a comparative study of regulatory welfare regimes in the Israeli, British, and Swedish electricity sectors." *Law & Policy* 33 (1):116-148.
- International Finance Corporation, Multilateral Investment Guarantee Agency, and World Bank. 2010. *Regulatory Governance in Developing Countries*. Washington, DC: World Bank.
- Levi-Faur, David. 2012. *Handbook on the Politics of Regulation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Levi-Faur, David. 2014. "The welfare state: a regulatory perspective." *Public Administration* 92 (3):599–614.
- Levy, B, and P Spiller. 1996. "A framework for resolving the regulatory problem." In *Regulations, institutions and commitment: comparative studies of telecommunication*, edited by B Levy and P Spiller. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levy, B, and P Spiller. 1996a. *Regulation, institutions and commitment, Political economy of institutions and decisions*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press.
- Lima, A., & Fonseca, E. (2021). Captura ou não captura? Perspectivas analíticas no estudo de políticas regulatórias. *Revista de Administração Pública*, 55(3), 625–643.
- McCubbins, Mathew, Roger Noll and Barry Weingast. 1989. "Structure and Process, Politics and Policy: Administrative Arrangements and the Political Control of Agencies." *Virginia Law Review* 75(2):431–489
- Moran, M. 2002. "Review article: understanding the regulatory state." *B.J.Pol.S.* 32:391-413.
- Noll, R. 1989. "Economic perspectives on the politics of regulation." In *Handbook of Industrial Organization*, edited by R Schmalensee. New York: Oxford University Press.
- OECD. 2011. *Regulatory Policy and Governance: Supporting Economic Growth and Serving the Public Interest*. Paris: OECD Publishing.
- Thatcher, Mark. 2002. "Delegation to Independent Regulatory Agencies: Pressures, Functions and Contextual Mediation." *West European Politics* 25 (1):125-147.
- Vogel, S. 1996. *Free markets, more rules - regulatory reform in advanced industrial countries*. Ithaca: Cornell University Press.
- Woll, C. 2008. *Firm interests: how governments shape business lobbying on global trade*. Ithaca/London: Cornell University Press.
- Woll, C, and A Artigas. 2005. "The New Order of Regulatory Capitalism Trade liberalization as regulatory reform: on the transformation of business-government relations in international trade politics." ECPR General Conference, Budapest.
- World Bank. 1999. *Managing the Regulatory Process: Design, Concepts, Issues, and the Latin America and Caribbean Story*. Washington DC: World Bank.

Economia Urbana

DEPARTAMENTO(S): PLANEJAMENTO E ANÁLISE ECONÔMICA (PAE)
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CMCDAPG)
PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEIS: Ciro Biderman
SEMESTRE: Segundo Semestre, 2023
CRÉDITOS: 2

PROGRAMA DA DISCIPLINA

NOME DA DISCIPLINA
INTRODUÇÃO A ECONOMIA URBANA

EMENTA

Nesse curso o aluno aprenderá os fundamentos de economia urbana. Iniciando pelo modelo canônico de equilíbrio entre custos de transportes e preço do solo, o aluno entenderá a lógica econômica por trás do comportamento dos indivíduos dentro das áreas urbanas e suas consequências para as cidades. A partir dessa base o curso pretende introduzir o aluno à análise de políticas públicas urbanas, mercado imobiliário e tributação local. Também elementos de economia dos transportes e economia do crime serão explorados de maneira introdutória.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Ao final do curso o aluno terá uma compreensão sobre a miríade de temas contemplados pelo que ficou conhecido como “Economia Urbana”. O objetivo é que o aluno seja capaz de ler artigos que tenham uma base mais formal independente do aluno ser capaz de acompanhar em detalhes a estrutura matemática por trás dos artigos mais avançados. Depois de cursar essa disciplina, o aluno deve ser capaz de entender a maneira particular como a pensam os estudiosos de economia urbana, quais os limites dessa abordagem e como ela se relaciona com o campo multidisciplinar do “Urbanismo”.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

Os alunos devem aprender como modelar fenômenos urbanos diversos. Para isso precisam entender como funciona o modelo de equilíbrio urbano, a lógica básica de questões urbanas específicas como mobilidade, habitação, segurança pública entre outros. Todas as questões urbanas são abordadas por diversas disciplinas, em particular a disciplina de Planejamento Urbano. É um tema que adentra a Geografia, Sociologia, Engenharia, entre outros. Não obstante as outras abordagens sejam mencionadas no curso, o objetivo de aprendizagem é entender a abordagem econômica dos problemas urbanos.

Objetivos do CMCDAPG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	Não vamos entrar em métodos qualitativos nessa disciplina.	○ ○ ○
Métodos quantitativos de pesquisa	O aluno vai entender como especificar quantitativamente as questões de pesquisa que aparecem na economia urbana	● ● ●

Conhecimento do tema de pesquisa / Teoria	Vamos passar por todos os fundamentos da economia urbana.	● ● ●
Desenho e Desenvolvimento de Pesquisa	Ainda que não seja um curso voltado para a pesquisa, mas sim para a formação básica na área, apresentaremos pesquisas e seus procedimentos que procuram garantir que os resultados sejam confiáveis.	● ● ○
Relevância e Inovação em pesquisa	Não estamos buscando trazer os elementos mais inovadores na pesquisa da área de urbana mas sempre que possível apresentaremos o que está sendo realizado na “ponta”.	● ○ ○
Elaboração de artigos	A disciplina tem uma grande ênfase em preparar os alunos para entender artigos da área e, portanto, na confecção de artigos em Economia Urbana.	● ● ●
<u>Outros objetivos da disciplina:</u> ---		

METODOLOGIA

Aulas expositivas, exercícios em sala de aula

TÓPICOS PRINCIPAIS

- u) Por que as cidades existem?
- v) O modelo canônico de equilíbrio urbano
- w) Refinamentos do modelo: atributos estruturais e densidade
- x) Decisão de localização e as cidades policêntricas
- y) Espalhamento urbano
- z) Breve introdução à Economia dos Transportes Urbanos
- aa) Preço do solo e análise hedônica
- bb) Políticas de Habitação
- cc) Bens públicos, externalidades e regulação urbana
- dd) Introdução à Economia do Meio Ambiente
- ee) Introdução à Economia da Segurança Pública
- ff) Qualidade de vida e o equilíbrio urbano revisitado

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Resenhas: 20%

Artigo: 40%

Prova: 40%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- * Bruekner, Jan K. (2011) *Lectures on Urban Economics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Di Pasquale, D. e W. Wheaton (1996) *Urban Economics and Real Estate Markets*. Prentice-Hall
- O'Sullivan, A. e K. Gibb (2003) *Housing Economics and Public Policy*. Blackwell Science
- McCann, P. (2001) *Urban and Regional Economics*. Oxford University Press.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será fornecida no dia da aula referente à matéria em tela e será objeto de resenha pelos alunos.

Controles e democracia: as instituições de controle sobre a administração pública brasileira

DEPARTAMENTO(S): Administração Pública
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CMCDAPG)
PROFESSOR RESPONSÁVEL: Marco Teixeira
SEMESTRE: 2º/2023
CRÉDITOS: 2

PROGRAMA DA DISCIPLINA

**versão de 2022.2*

NOME DA DISCIPLINA

Controles e democracia: as instituições de controle sobre a administração pública brasileira

EMENTA

O debate sobre controle e democracia vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil. Inicialmente vinculado ao Direito (priorizando o campo da legalidade) e a Administração (na reflexão sobre eficiência), a conexão com democracia ganha relevo quando cientistas políticos e sociólogos passam a pesquisar as múltiplas formas de controle e a dialogar com as instituições e a separação de poderes. Buscando cobrir esse processo, faremos o seguinte percurso: 1) debate sobre controle e suas múltiplas narrativas; 2) controle e democracia; 3) as instituições de controle sobre o governo (nosso foco central; 4) ampliando o debate: transparência e accountability fortalecendo os controles.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina tem dois propósitos: o primeiro é apresentar aos alunos o debate que vincula democracia e controle, superando assim a visão do controle como mero instrumento de correção. O segundo, é conhecer as instituições de controle no Brasil com ênfase no controle governamental, a ideia aqui segue sendo mostra-las como um instrumento da democracia que cumpre dois papéis, o de garantir eficiência na aplicação dos recursos públicos, e o de olhar seus efeitos do ponto de vista do interesse público tanto pelo via dos aspectos legais como também em relação a legitimidade de suas atividades.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

Objetivos do CMCDAPG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	O aluno terá acesso a artigos que usem esta perspectiva epistemológica podendo optar com mais autoridade sobre qual seria o método de análise mais adequado à sua pesquisa.	•

Métodos quantitativos de pesquisa	O aluno terá acesso a artigos que usem esta perspectiva epistemológica podendo optar com mais autoridade sobre qual seria o método de análise mais adequado à sua pesquisa.	•
Conhecimento do tema de pesquisa/teoria	Este é o objetivo principal da disciplina. O aluno terá acesso a uma grande variedade de teorias e poderá analisar qual seria a mais adequada à sua pesquisa.	• • •
Procedimentos de pesquisa	Da mesma forma que nos critérios anteriores, o acesso a apresentação de pesquisas científicas permite a visualização dos diferentes procedimentos aceitos e aprovados.	
Relevância e inovação em pesquisa		
Elaboração de artigos	Como a disciplina trabalha com artigos científicos, o aluno terá oportunidade de perceber quais os elementos que levam um artigo a ser aprovado nos diferentes periódicos, bem como forma de escrita e apresentação dos elementos empíricos.	• • •

METODOLOGIA

Exposição dialogada com debates e discussões; seminários.

Compromissos mútuos:

- Preparação prévia e engajamento em sala de aula
- Disposição ao diferente e abertura para mudar de opinião
- Postura participativa

TÓPICOS PRINCIPAIS

- Controle e democracia
- Governabilidade e controles
- Planejamento Estratégico
- Sistema de controle sobre a administração pública no Brasil
- Transparência e accountability

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- Ao final do curso cada aluno(a) deverá apresentar um ensaio sobre um tópico específico da aula (60%).
- A apresentação do seminário terá valor de 40%. O(s) responsável(is) pela apresentação do seminário deverá(ão) providenciar material para apresentação e debate em sala não se atendo aos textos sugeridos. Os textos propostos serão usados apenas como exemplos das teorias propostas.

AULA A AULA COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA SUGERIDA

1. o debate sobre controle no Brasil

Apresentação do Programa. Discussão sobre avaliação

Apresentação Pós-doutoranda Doralice Monteiro, professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

Pesquisa – Transparência em UFs brasileiras. Texto base para o debate: Transparência, corrupção e má gestão: uma análise dos municípios brasileiros.
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/82216>

2. governabilidade e controles.

1. A origem do debate no Brasil.

Carlos Estevam Martins

Texto: Governabilidade e Controles, publicado na RAP em 1989.

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9174>

2. Accountabilitty e controle.

Pagani, Camila. ACCOUNTABILITY NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: definições e abordagens alternativas. (No prelo, Semead, 2022). Ver no eclass.

3. Controles democráticos – o debate atual e um panorama do Brasil

1. Texto: Arantes, Loureiro, Couto e Teixeira. Ver pdf no eclass.

Arantes, R. B., Loureiro, M. R., Couto, C., & Teixeira, M. A. C. (2010). Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV.

2. (Apresentação). Nogueira, Maria Alice; Teixeira, Marco Antonio Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas pelos Tribunais de Contas Brasileiros, apresentado no XI Congresso GIGAPP2022 em Madrid, (No prelo, Fundação João Pinheiro.

4. Controle Legislativo sobre governos. Atualizando o debate.

1. Controle externo: a função esquecida do Legislativo no Brasil. Charles Pessanha O Sociólogo e nas Políticas Públicas: Ensaio em Homenagem a Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009

2. A função esquecida do Poder Legislativo: conceito e materialização. Ronaldo Quintanilha da Silva (Ceforh – Camara dos Deputados). Ver no eclass ou

<https://www.ielp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/A-func%CC%A7a%CC%83o-de-fiscalizac%CC%A7a%CC%83o-do-Poder-Legislativo-conceito-e-materializac%CC%A7a%CC%83o.pdf>

5. Controle pelos Tribunais de Contas

1. M. R. Loureiro, M. A. Teixeira and T. C. Moraes, “Democratizacao e Reforma do Estado: O Desenvolvimento Institucional dos Tribunais de Contas no Brasil Contemporaneo,” Revista da Administracao Pública, Rio de Janeiro, Vol. 43, No. 4, 2009, pp. 739-772.

<https://www.scielo.br/j/rap/a/Ssk6fJjmWfWbwC39Q9cnVxM/abstract/?lang=pt>

2. (debate – entre o técnico e o político). Processo 033.359/2020-2 instaurado com base em denúncia de supostas irregularidades, por parte da ANTT, na regulação do Transporte Interestadual de Passageiros. Pedido também solicitava medida cautelar para suspender autorizações dadas e futuras autorizações, até apuração das irregularidades. Pedido data de setembro de 2020. Andrea Mustafhá, Relações Governamentais da Flix Bus.

3. Insulados e não democráticos: a (im)possibilidade do exercício da social accountability nos Tribunais de Contas brasileiros. Rocha, Diones Gomes da; Zuccolotto, Robson; Teixeira, Marco Antonio Carvalho. Revista de Administração Pública. (Seminário 1.)

<https://www.scielo.br/j/rap/a/Z7hfz5n4YV55zVWDVgdHzkR/?lang=pt>

6. O Controle pelo Ministério Público.

1. O Espaço Formal de Ação do Ministério Público entre 1989 e 2016: Mudanças Incrementais e Ativação Estratégica. Rafael Rodrigues Viegas, Fabia Berlatto, Silvia Avelina Arias Mongelós, Débora Dossiatti de Lima. Revista Direito Público. IDP, Brasília. <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5769>

2. Seminário 2.: A comunicação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nas redes sociais: os desafios da accountability na democracia digital. Texto na RAP em 2022, autores: Rafael Viegas, Fernando Abrucio, Maria Rita Loureiro, Marco Antonio C. Teixeira e Natasha Boralli.

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/85834>

7. Transparência: a questão fiscal

1. Robson Zuccolotto - ZUCCOLOTTI, R.; JOHANSON, J. N. C. ; LOUZADA, L. C. ; SUZART, Janilson . A primazia da gestão fiscal sobre o planejamento nos estados brasileiros. REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES, v. 16, p. e186475, 2022. <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/186475>

2. Marcos Fernandes; Marco Antonio C. Teixeira. A política e a economia do governo Bolsonaro: uma análise sobre a captura do orçamento. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/85574>

8. Transparência Partidária – seminário 3.

Denise Goulart Schlickmann. O IMPACTO DO PROJETO DO NOVO CÓDIGO ELEITORAL SOBRE O FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO E ELEITORAL NO BRASIL. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos (UFSC, 2021). <file:///C:/Users/marco.teixeira/Downloads/7677-21979-1-PB.pdf>

Federalismo e Políticas Públicas

DEPARTAMENTO(S): GESTÃO PÚBLICA (GEP)
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO (CMCDAPG)
PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEIS: FERNANDO LUIZ ABRUCIO
SEMESTRE: 2º/2023
CRÉDITOS: 2

PROGRAMA DA DISCIPLINA *(versão de 2022.2 – sujeito a alterações)*

NOME DA DISCIPLINA

FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA

O curso vai analisar a relação entre o federalismo e as políticas públicas sob três perspectivas. A primeira é conceitual, estudando o conceito de Federação e seus impactos nas políticas públicas, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista da experiência internacional comparada. Em segundo lugar, será analisada a intersecção da temática federativa com a construção de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, começando com a apresentação de um panorama histórico mais amplo e centrado o foco nas mudanças ocorridas especialmente a partir da Constituição de 1988. Por fim, serão discutidos alguns setores governamentais específicos, como Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, entre os principais, para mostrar como a dinâmica intergovernamental é uma peça-chave para entender o funcionamento e os resultados da Administração Pública brasileira.

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

O objetivo geral da disciplina é realçar a importância de uma variável institucional presente nas principais democracias contemporâneas e, especialmente, no Brasil, que são as relações intergovernamentais, para o entendimento das políticas públicas.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM

A disciplina contém cinco objetivos de aprendizagem. O primeiro é o de discutir o conceito de federalismo como uma questão essencial para o entendimento das políticas públicas e da Administração Pública brasileira. É possível dizer que áreas como Saúde e Educação só podem ser bem analisadas se for levado em conta o impacto da estrutura federativa em seu funcionamento sistêmico.

O segundo objetivo de aprendizagem é entender como se dá a relação entre análise institucional (mais especificamente vinculada ao institucionalismo histórico) e políticas públicas, e como o aprendizado sobre esse relacionamento é essencial na formação de um pesquisador de Administração Pública e Governo.

As pesquisas analisadas no curso envolvem uma combinação de estudos quanti e quali, com predomínio desse último, bem como o uso de trabalhos sobre o Brasil e outras Federações. Assim, o terceiro objetivo de aprendizagem diz respeito à necessidade de os alunos terem contato com abordagens metodológicas distintas, incluindo aí o método comparativo, quando serão comparados os federalismos para entender melhor a dinâmica do caso brasileiro.

Outro importante objetivo de aprendizagem é poder comparar diferentes políticas públicas brasileiras e tentar compreender as especificidades de cada uma e o que é comum

a elas. Trata-se de um instrumento pedagógico fundamental porque a maioria dos alunos especializa-se numa ou no máximo duas das políticas públicas brasileiras, e a aquisição de um conhecimento mais sistêmico e comparativo das várias áreas torna mais completa a formação do pesquisador.

Por fim, pretende-se com o curso fornecer não só ferramentas conceituais, como também objetos empíricos e perguntas teóricas derivadas dos estudos sobre eles. Com isso, os alunos encontram na disciplina um ambiente a partir do qual podem construir seus objetos de pesquisa para Dissertação/Tese ou para artigos científicos.

Objetivos do CMCDAPG	Objetivos da disciplina	Grau de contribuição
Métodos qualitativos de pesquisa	---Alta	● ● ●
Métodos quantitativos de pesquisa	---Baixa/Média	● ○ ○
Conhecimento do tema de pesquisa / teoria	---Alta	● ● ●
Procedimentos de pesquisa	---Média/Alta	● ● ○
Relevância e inovação em pesquisa	---Alta	● ● ●
Elaboração de artigos	---Alta	● ● ●
Outros objetivos da disciplina: ---		

METODOLOGIA

O curso será composto de três instrumentos pedagógicos. O primeiro é a realização de *lectures*, isto é, aulas expositivas, por parte do professor. Embora cada aula pressuponha a leitura obrigatória de textos, a exposição do professor não fará um resumo deles, de modo que cada seção é uma apresentação original do tema.

O segundo instrumento pedagógico é a leitura orientada de parte da bibliografia, quando os alunos respondem a duas perguntas que fazem a ponte entre federalismo e políticas públicas. Esse exercício é importante para desenvolver a capacidade de captar os pontos mais relevantes do curso e desenvolver o raciocínio analítico.

Os alunos finalizam o curso fazendo um artigo, em dupla ou trio, sobre um dos temas tratados na disciplina, processo pedagógico fundamental para desenvolver as competências de pesquisador.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Participação: 25%

Prova: 35%

Artigo: 40%

PROGRAMAÇÃO DAS AULAS

ENCONTRO 1 – DATA:

Tópico: Apresentação do Programa. Origens do Federalismo e Definição de Federação

Leituras obrigatórias:

ANDERSON, George. Federalismo: uma introdução. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Capítulos 1, 2 e 3.

BURGESS, Michael (1993). “Federalism and Federation: a reappraisal”. In Michael Burgess & Alain Gagnon (orgs.). *Comparative Federalism and Federation*. Harvester/Wheatsheaf. London.

STEPAN, Alfred. (1999), “Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos”. *Dados*, vol. 42, nº 2, pp. 197-251.

ENCONTRO 2 – DATA:

Tópico: Variedades de Federalismo, Relações Intergovernamentais e o problema da Coordenação Federativa

Leitura obrigatória:

BENZ, A. & BROSCHEK, J. (2013). *Federal Dynamics Continuity, Change, and the Varieties of*

Federalism. Oxford: Oxford University Press. Capítulo 1.

PIERSON. P. (1995). *Fragmented Welfare States: Federal Institutions and the Development of Social Policies*. *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, 8 (4), 449-78.

PETERS, B.G.; GRIN, E.J & ABRUCIO, F.L (2022). *Federal Systems: Institutional Design and Political Agency*. In *America Federal Systems and COVID-19: responses to a complex intergovernmental problem*. PETERS, B.G.; GRIN, E.J & ABRUCIO, F.L (editors). Emerald Publishing. UK.

Leitura Complementar:

KRANE, D. and LEACH, R. H. (2007). *Federalism and Intergovernmental Relations: theories, ideas, and concepts*. In: J. Rabin; W. Bartley, and G. J. Miller (eds.). *Handbook of Public Administration* (pp. 481-500). London: New York: CRC.

AGRANOFF, R. (2007). *Intergovernmental Policy Management: cooperative practices in federal systems*. In M. A. Pagano & and R. Leonardi (eds.). *The dynamics of federalism in national and supranational political systems* (pp. 248-285). New York: Palgrave Macmillian.

ENCONTRO 3 – DATA

Tópico: História do Federalismo no Brasil: raízes e desenvolvimento

Leitura obrigatória:

ABRUCIO, F. L. (1998). *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. Editora Hucitec: São Paulo. Capítulos 1 e 2.

Leitura Complementar:

BROSCHEK, J; BETTINA, P. and TOUBEAU, S. (2017). *Territorial Politics and Institutional Change: A Comparative-Historical Analysis*. *Publius: The Journal of Federalism*, 48 (1), 1-25

ENCONTRO 4 – DATA:

Tópico: Federalismo e Redemocratização: o modelo da Constituição de 1988 e a trajetória recente – a Federação brasileira como um caleidoscópio dinâmico

Leitura obrigatória:

ARRETCHE, M. T. S. (2012). *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Capítulos 4 e 5.

ABRUCIO, F.L. (2005). A coordenação Federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba/PR, v. 24, p. 41-67.

Leitura complementar:

GRIN, E. J. & ABRUCIO, F. L. (2018). Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. *REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO (ONLINE)*, v. 69, p. 85-122.

GRIN, E. J; BERGUES, M. & ABRUCIO, F.L (2017). La descentralización y el equilibrio de las relaciones intergubernamentales en el federalismo brasileño. *Federalismo y relaciones intergubernamentales en México y Brasil*. 1ed.México: Editora Fontamara, v. 1, p. 33-47.

ENCONTRO 5 – DATA:

Tópico: A ideia de Sistema Nacional de Políticas Públicas: os casos do SUS, do SNRH e do SUAS

Leitura obrigatória:

FRANZESE, C. & ABRUCIO, F. L. (2013). Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas: os casos dos sistemas de saúde, assistência social e de educação. In G. Hocman e C. A. P. Faria (orgs.). *Federalismo e políticas públicas no Brasil* (pp.363-388). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

MENICUCCI, T, G. & MARQUES, A.M. (2016). *Cooperação e Coordenação na Implementação de Políticas Públicas: O Caso da Saúde*. *Dados (Rio de Janeiro)*, v. 59, p. 823-865, 2016.

BICHIR, R. et alii (2020). *Sistemas Nacionais de Políticas Públicas e seus efeitos na implementação: O caso do Sistema único de Assistência Social (Suas)*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(102), 1-23.

ABRUCIO, F. L. & OLIVEIRA, V.E de (2017). *Governança do Sistema Nacional de Recursos Hídricos: a visão dos atores*. *Campo de Pública em ação coletânea em teoria e gestão de políticas públicas*. 1ed.Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, v. 1, p. 158-176.

Leitura Complementar:

OBINGER, H., LEIBFRIED, S., & CASTLES, F. G. (2005). *Federalism and the welfare state: new world and european experiences*. Cambridge: Cambridge University Press.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz & PALOTTI, Pedro (2013). *Federalismo, Descentralização e o Novo Arranjo Institucional da Política de Assistência Social: lidando com problemas de coordenação e autonomia*. In: HOCHMAN, Gilberto & FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. (Org.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. 1ed.Rio de Janeiro: Editora da Fio Cruz, p.329-360.

FRUTUOSO, JURANDI. *A gestão do Sistema Único de Saúde*. In: Oliveira, R.P.O; SANTANA,

W. (Org.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a*

diversidade. Brasília: UNESCO, 2010, v. 1, p.89-108.

ABERS, R. & DINO, K (2005). Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados?. Ambiente e Sociedade (Campinas), São Paulo, v. 8, n.2, p. 99-124, 2005.

ENCONTRO 6 – DATA:

Tópico: Sistemas Nacionais de Políticas Públicas incompletos: os casos da Educação, Segurança Pública e Habitação. Avanços e Limites da Coordenação Federativa.

Leitura obrigatória:

ABRUCIO, F. L. & SEGATTO, Catarina Ianni (2017). A Construção do Sistema Nacional de Educação: Avanços e limites de um projeto inacabado. Campo de Publica em ação coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. 1ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, p. 214-229.

COSTA, A. & GROSSI, B (2007). Relações Intergovernamentais e Segurança Pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. Revista Brasileira de Segurança Pública, 1, 6-20.

KLINTOWITZ, D.C. & ALESSIO, M.F. (2012). Relações Federativas no Brasil: uma análise da política habitacional. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 16 páginas.

ENCONTRO 7 – DATA:

Tópico: O papel dos Governos subnacionais e das formas de cooperação intergovernamental: municípios, estados e modelos de articulação regional

Leitura obrigatória:

LIMA ET ALII (2012). Regionalização e acesso à Saúde nos estados brasileiros: condicionantes históricos e política institucionais. Ciência e Saúde Coletiva, 17 (11), 2881-2892.

SILVA, A.L (2015). Os estados no SUAS: uma análise institucional dos governos estaduais na Assistência Social. Revista de Administração Pública (RAP), 49 (5), set/out, 1167-1192.

SEGATTO, C.I. & ABRUCIO, F.L. (2018). Os múltiplos papéis dos governos estaduais na política educacional brasileira: os casos do Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará. Revista Administração Pública (RAP) vol.52 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec.

GRIN, E.J. & ABRUCIO, F.L. (2018). Qué decir de las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas?. Revista del CLAD Reforma y Democracia v. 70, p. 20-35, 2018.

GRIN, E. J. & ABRUCIO, F. L. (2017). La cooperación intermunicipal en Brasil frente al espejo de la historia: antecedentes críticos y la dependencia de la trayectoria después de la creación de la Ley de los Consorcios Públicos. *Revista Políticas Públicas*, 10 (2), 1- 27.

FREY, Klaus. “Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves”. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 4, n.1, 2012, p.87-102.

Leitura complementar:

ABRUCIO, Fernando Luiz.; SANO, Hironobu.; SYDOW, Cristina. “Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas”. In: KILNK,

J. (Org.). Governança das metrópoles: conceitos, experiências, perspectivas”. São Paulo:

Annablume, 2010.

ENCONTRO 8 – DATA:

Tópico: **As perspectivas da coordenação federativa no mundo contemporâneo**

PAQUET, M. & and SCHERTZER, R. (2020). COVID-19 as a Complex Intergovernmental Problem. *Canadian Journal of Political Science* (2020), 1–5

CAPANO, G. Federal Dynamics of Changing Governance Arrangements in Education: a Comparative Perspective on Australia, Canada and Germany (2014). *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 17 (4),322-341.

ABRUCIO, F.L et alii (2020). Combating Covid-19 under Bolsonaro’s federalismo: a case of intergovernmental incoordination. *Revista de Administração Pública*, vol 54, n.4.

KETTL, D. (2020). *The Divided States of Federalism: Why federalism doesn’t work*. Princeton University Press: Princeton.

ENCONTRO 9 – DATA:

CONCLUSAO DO CURSO

SEMINÁRIOS